

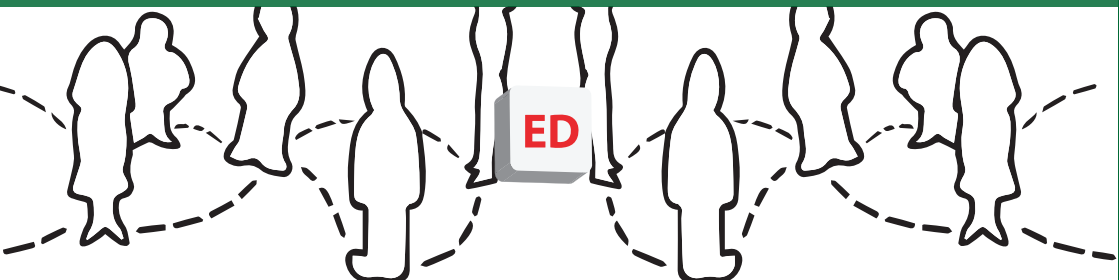


1. 06

GRAMSCI, TRANSIÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Paulo Sergio Tumolo

Notas para uma reflexão crítica



PAULO SERGIO TUMOLO

GRAMSCI, TRANSIÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

NOTAS PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA



UFSC

Florianópolis

2014

Copyright © 2014 Paulo Sergio Tumolo

Capa

Tiago Roberto da Silva

Foto da capa

<http://www.artemagazine.it>

Edição e editoração eletrônica

Carmen Garcez

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da

Universidade Federal de Santa Catarina

T925g Tumolo, Paulo Sergio
Gramsci, transição social e educação: notas
para uma reflexão crítica / Paulo Sergio
Tumolo. – Florianópolis : Editoria Em
Debate/UFSC, 2014.
86 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-68267-07-3

1. Marxismo – crítica e interpretação.
 2. Educação – Filosofia. 3. Mudança social.
 4. Escolas de sociologia. I. Tumolo, Paulo Sergio.
- II. Título.

CDU: 316.26

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301

Telefone: (48) 3338-8357

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

Aos marxistas,
que nestes tempos de refluxo e derrota têm a coragem e a
ousadia de manter acesa a chama da revolução.

À Bel, companheira de vida,
que ofereceu seu apoio incondicional para a realização
deste trabalho, com todo carinho e paixão.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	15
1. EDUCAÇÃO, ESCOLA E “FÓRMULA DA HEGEMONIA CIVIL”	19
A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E “FÓRMULA DA HEGEMONIA CIVIL”	19
A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E “FÓRMULA DA HEGEMONIA CIVIL”: ALGUMAS QUESTÕES	28
Reforma <i>versus</i> revolução	29
<i>Marxistas e reformistas</i>	31
<i>Marxistas e marxistas</i>	50
As realidades concretas e as formulações estratégicas	56
A ESCOLA E A FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA	62
2. EDUCAÇÃO, ESCOLA E ESTRATÉGIA PROLETÁRIA	65
REFERÊNCIAS	79

APRESENTAÇÃO

Este livro abarca parte do resultado dos estudos que empreendi durante a realização do mestrado no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Educação da PUC-SP na segunda metade dos anos 1980. No início daquela década, ainda sob a vigência da ditadura burguesa-militar que havia se implantado em 1964, trabalhava como professor, principalmente em escolas públicas, e exercia intensamente atividades de militância nas periferias da capital paulista. O ingresso, em 1984, na linha de pesquisa Trabalho e educação daquele Programa de Pós-graduação, motivado pelos inúmeros questionamentos advindos da prática nas duas grandes atividades que desenvolvia, coincidiu com o momento de gestação e crescimento de uma “escola de pensamento” que buscava discutir as grandes questões educacionais ancorada no materialismo histórico, cuja principal referência era o marxista italiano Antonio Gramsci. Tive a oportunidade e o privilégio de ter participado intensamente desse período ímpar de elaboração teórico-política e de riquíssimos debates na área da educação, especialmente no campo Trabalho e educação, que, a meu ver, significavam a “caixa de ressonância”, no âmbito acadêmico, do “grito das ruas” produzido pela retomada da luta dos movimentos sociais, particularmente do movimento operário, que, naquela época, provavelmente atingia seu paroxismo em toda a história brasileira.

Gramsci foi, sem dúvida, a referência matricial das análises produzidas no interior daquela nascente, mas já bastante fortalecida, “escola de pensamento” e do campo Trabalho e educação. Aí inserido, bebi profundamente desta fonte, mas, desde o início, sentia certo incômodo com a leitura que se fazia do autor italiano, e que se tornou a razão que desencadeou a elaboração de minha dissertação. Creio que o incômodo se originava, pelo menos, em dois fatores. O primeiro deles era o fato de que o profundo mergulho que se fazia na obra de Gramsci não era acompanhado, na devida correspondência, da leitura e estudo

da produção do principal fundador do materialismo histórico, Marx, sobretudo de *O capital*, e também da contribuição de Lênin, que eram, a meu ver, os dois principais autores que constituíam o fundamento teórico-político de toda elaboração gramsciana.

O segundo fator diz respeito ao tipo de leitura que se fazia de Gramsci e os desdobramentos políticos daí advindos. Embora a apreensão teórica e política do marxista italiano apresentasse muitas distinções entre os vários autores que o tomavam como referência, sentia que, por vezes, o tipo de leitura do legado gramsciano servia, em alguma medida, para buscar fundamentar posições que resvalavam numa perspectiva reformista, apresentadas em diversos matizes. Provavelmente esta segunda razão é devida ao primeiro fator, e era o principal motivo de meu incômodo.

Parece-me que o tipo de leitura que se fazia do marxista italiano estava relacionado com o teor político das lutas travadas pelos movimentos sociais brasileiros naquela ocasião. As primeiras manifestações começaram a surgir em meados dos anos 1970, ainda muito tímidas por causa do forte e onipresente aparato repressivo, e explodiram no final da mesma década. Embora muitas dessas manifestações, principalmente as dos movimentos operários, tivessem motivações econômico-sindicais (lutas por aumentos de salários, por melhores condições de trabalho e de vida, contra a carestia, etc.), o principal alvo de todas elas era a ditadura burguês-militar e seu objetivo primordial era lutar pela democracia. Enormes contingentes da população, um amplo leque de forças políticas, desde os vários matizes da esquerda até segmentos democráticos das classes dominantes, passando pelos setores intermediários e os movimentos sociais, todos se aglutinaram em torno da bandeira democrática, e a luta pela democracia resultou em manifestações cada vez mais massivas durante anos, culminando no movimento pelas “diretas-já”, que reuniu milhões de pessoas.

Entretanto, no seio dos movimentos sociais de esquerda e das organizações da classe trabalhadora que começaram a emergir a partir da segunda metade da década de 1970, a conquista da democracia como finalidade da luta não se apresentava de forma consensual, uma vez que havia setores e correntes políticas que defendiam que o obje-

tivo da luta deveria ser a superação do capitalismo e a construção do socialismo, ou seja, a revolução, de tal maneira que a luta democrática deveria ter um caráter tático. Isso significa dizer que, no âmbito dos movimentos e organizações de esquerda, havia um grande espectro de concepções estratégicas muito diferenciadas entre si, e até antagônicas. Grosso modo, parece possível elencar pelo menos três grandes formulações estratégicas. 1. a que se pautava apenas pelas lutas por reformas no interior do capitalismo brasileiro, sendo a luta pela democracia a principal delas; 2. aquela que entendia que as lutas por reformas, inclusive a luta pela democracia, deveria ter um caráter tático, e o objetivo estratégico teria de ser a superação do capitalismo e a construção do socialismo, como resultado de uma ruptura revolucionária; e 3. a que tinha como horizonte o socialismo e entendia que as lutas por reformas, principalmente a luta pela democracia e pela ocupação dos “espaços políticos”, poderiam conduzir, por variadas vias, ao objetivo, ou seja, ao socialismo.

Creio que seria possível afirmar que a história e os caminhos trilhados pelos movimentos sociais de esquerda e pelas organizações da classe trabalhadora no Brasil no período contemporâneo é o resultado da disputa que ocorreu, no seio deles, entre essas três grandes formulações estratégicas e, principalmente, da implementação da estratégia que foi se tornando vitoriosa, majoritária e hegemônica. Parece-me que a terceira formulação, apresentada em muitas versões, desde as mais rústicas até às mais sofisticadas, foi ganhando corpo e se fortalecendo ao longo dos anos 1980 e 1990, convertendo-se na estratégia majoritária e hegemônica, de tal maneira que acabou por desaguar, como resultado praticamente natural, na primeira formulação estratégica. A história do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) oferece uma demonstração incontestável desse processo¹. As lutas por reformas e a conquista da democracia, que possibilitou, inclusive, que o Estado capitalista seja administrado por uma coligação de partidos encabeçada pelo PT com sustentação da CUT, não apenas não conduziram ao objetivo estratégico, que era o

¹ Sobre o caso do PT, vide, entre outros, Iasi (2006). A respeito da CUT, consultar, entre outros, Tumolo (2002).

socialismo, como, pelo contrário, se transformaram no próprio objetivo estratégico. O socialismo foi sacrificado e trocado por uma eficiente administração do Estado capitalista em benefício do capital.

Contudo, o que importa destacar, aqui, é que Gramsci, ou melhor, um determinado tipo de leitura deste autor forneceu um dos principais aportes teórico-políticos para fundamentar e justificar a estratégia que se tornou hegemônica no âmbito dos movimentos e organizações da esquerda brasileira nas décadas de 1980 e 1990, cujos resultados podem ser vislumbrados no atual contexto político brasileiro. Basta averiguar os documentos e textos das principais correntes político-ideológicas que os compunham naquela época.

Esse conjunto de características também se manifestava no clima, nos debates e na produção teórico-política dos autores que constituíram o núcleo central daquela “escola de pensamento” marxista, inclusive do campo Trabalho e educação, no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Educação da PUC-SP. Da mesma maneira, as três grandes concepções estratégicas se faziam ali presentes. Pode-se observar, por exemplo, como a questão da democracia era o horizonte político da produção de vários autores, e também como Gramsci, ou melhor, um determinado tipo de leitura do marxista italiano foi utilizado para dar sustentação a posições que defendiam as mesmas concepções estratégicas que haviam se tornado hegemônicas no interior dos movimentos e organizações de esquerda. Era justamente isso que me incomodava, porque já era possível pressentir os enormes riscos de aquelas formulações estratégicas, que não apareciam como reformistas, se revelarem, de fato, reformistas. Tudo isso tinha sérias implicações nas análises que eram feitas sobre o tema da educação e, principalmente, nas propostas de escola relacionadas às concepções estratégicas tal como eram formuladas.

Foram esses os motivos que me levaram à produção de minha dissertação². Tinha clareza que os desafios postos eram muito maio-

² Depois de minha dissertação, outras produções, no âmbito do mesmo Programa de Pós-Graduação, trilharam um caminho similar, fazendo uma apreciação crítica das leituras que se faziam de Gramsci no campo da educação. Vide, por exemplo, Vieira (1994).

res que minhas pernas, mas, ao mesmo tempo, que poderia oferecer alguma contribuição, mesmo que diminuta, para o debate de questões que me pareciam cruciais. Fiz, portanto, uma opção eminentemente política.

O texto original da dissertação está dividido em duas grandes partes. Na primeira parte, por meio de uma interlocução crítica com o livro de Lucília Machado *Politecnia, escola unitária e trabalho*, procuro demonstrar o equívoco da tentativa de transposição da “fórmula da hegemonia civil” gramsciana, bem como de suas propostas de escola, para a sociedade capitalista atual, pois tanto a formulação estratégica como as propostas de escola para essa sociedade têm de ser elaboradas como resposta histórica a essa realidade concreta. Na segunda parte, busco fazer uma análise da realidade brasileira, inserida na divisão internacional do trabalho, naquela fase de acumulação de capital, com o objetivo de verificar até que ponto a “fórmula da hegemonia civil” seria, para o proletariado no Brasil, a fórmula estratégica adequada em sua luta contra a burguesia. O estudo da formação social brasileira, baseado em muitos dados, ficou circunscrito ao período histórico que alcançou até a década de 1990, de tal maneira que tanto os dados quanto a própria análise ficaram desatualizados. Por essa razão, pareceu-me pertinente não incluir, neste livro, o estudo correspondente a essa segunda parte. Sendo assim, permanece no livro o conteúdo relativo à primeira parte que, diferentemente daquele da segunda, tem um caráter mais universal. Decidi manter a análise tal como foi formulada no texto da dissertação, fazendo apenas alguns pequenos acréscimos e alterações, para que o leitor possa ter acesso a esse registro histórico tal como foi produzido originalmente.

Passados muitos anos da elaboração da dissertação, Gramsci foi deixando de ser a referência matricial do campo Trabalho e educação e, quiçá, da maior parte dos autores que se identificam como marxistas na área da educação, restando, via de regra, apenas a menção de alguns de seus conceitos descontextualizados de sua construção teórico-política, e a discussão acerca de uma formulação estratégica revolucionária e sua relação com a questão educacional, inclusive escolar, foi se tornando cada vez mais rarefeita. Mesmo assim, pareceu-me

pertinente colocar a público a parte principal do conteúdo da dissertação, como forma de contribuição para a compreensão do atual período histórico-político brasileiro, que se iniciou na segunda metade da década de 1970, e da trajetória política da esquerda brasileira, que se valeu de Gramsci, ou melhor, de uma determinada leitura do marxista italiano, para buscar fundamentar e justificar sua estratégia política, incluídos aí muitos autores marxistas do campo da educação. Sua publicação é também uma forma de reivindicação da necessidade de se voltar a discutir uma estratégia revolucionária para o período contemporâneo, e o papel, as potencialidades e os limites que a educação, inclusive escolar, aí desempenham.

Mesmo sabendo que se trata de uma singela contribuição, espero que este livro seja uma pequena ferramenta que possa ajudar na construção do grande empreendimento que é a transformação revolucionária do capitalismo na direção de uma sociedade na qual a emancipação humana se realize plenamente.

Florianópolis, dezembro de 2014

INTRODUÇÃO

Qual é o papel da escola? Esta pergunta, desde há muito tempo, tem intrigado aqueles que, por uma razão ou outra, se interessam em investigar a questão escolar. Contudo, formulada desta maneira, tal indagação tem uma dimensão muito genérica, e traz consigo um grau elevado de abstração, o que dificulta sobremaneira ou talvez até impeça a elaboração de uma resposta. Para que possamos discutir satisfatoriamente a questão escolar, temos de dar concretude àquela pergunta. Por isto, poderíamos formulá-la da seguinte maneira: qual o papel da escola no capitalismo atual, segundo a perspectiva dos interesses do proletariado? Assim não só localizamos a escola no contexto de uma determinada realidade social, como também a situamos na perspectiva de uma dada classe social. Além disso, só é possível compreendermos a função da escola se esta estiver inserida numa proposta de escola, e esta por sua vez só pode ser fruto de uma concepção de mundo, que sempre é de uma determinada classe social.

A constatação de que a função da escola é histórica, ou seja, relativa a uma determinada realidade, e por isso à concepção de mundo de uma dada classe social, nos auxilia na tentativa de buscar respostas à questão colocada; o que não quer dizer, entretanto, que o nosso intento será fácil de ser alcançado. Tal constatação é apenas nosso ponto de partida, pressuposto básico de nossa investigação que, como sabemos, é uma tarefa árdua e difícil, mas ao mesmo tempo, necessária e instigante.

Para discutirmos a questão, tomaremos como principal referência a obra *Politecnia, escola unitária e trabalho* (Machado, 1989), livro no qual Machado faz uma “garimpagem” histórica do conceito, das propostas e experiências de escola unitária, tanto do ponto de vista burguês, quanto proletário. Ancorada numa fundamentação marxista, especialmente gramsciana, a autora defende como tese central que, apesar de toda ordem de dificuldades, o proletariado deve, no âmbito

do capitalismo, propor e lutar pela instauração de uma escola unitária do trabalho, ou seja, uma escola unitária sob o seu ponto de vista, pois, em se tratando das “sociedades ocidentais”, ou melhor, do “Estado moderno”, a tática fundamental utilizada na luta entre as classes passa a ser a construção da hegemonia, e nesse contexto a escola passa a ter um papel de destaque, na medida em que esta se constitui como instância privilegiada de construção de hegemonia. Utilizando-se do marxista italiano, Machado (1989, p. 240) afirma que

Gramsci pretende mostrar, ao chamar a atenção para a mudança operada na estrutura do Estado e da Sociedade no capitalismo moderno, que desatualizando-se a fórmula da ‘revolução permanente’, colocam-se em evidência os princípios da hegemonia civil, momento no qual, as instituições superestruturais, como a escola, passam a ter sua importância acrescida, como campo da luta social.

Portanto,

a educação para Gramsci tem [...] uma dimensão política muito ampla, pelo papel significativo que podem ter a organização escolar e a criação de uma nova cultura na reestruturação democrática da sociedade. Esta perspectiva de transformação começaria já no capitalismo e um dos meios importantes para isto seria a luta pela escola única para todos (Machado, 1989, p. 251).

Por se tratar de um projeto histórico no âmbito do marxismo, a proposta de escola única adquire um lugar de destaque entre os marxistas que estudam a questão escolar, especialmente quando a proposta de sua implantação vem articulada à necessidade de construção da hegemonia proletária. Como Machado relaciona a proposta de escola única com a concepção gramsciana de hegemonia, sua obra é uma das mais representativas sínteses do tratamento acerca da questão escolar no âmbito do marxismo. Foi por esta razão que escolhemos essa obra como interlocução principal de nossa análise, o que significa dizer que nossa discussão se restringirá ao “campo interno” do marxismo.

Não se pode deduzir daí, entretanto, que estejamos afirmando que a questão escolar só possa ser analisada no âmbito da concepção marxista, nem que a obra de Machado seja a “última palavra” a respeito da questão, e nem que estejamos ignorando a força da concepção da burguesia, o liberalismo. Trata-se de uma escolha voluntária e consciente, com o intuito de contribuir com uma discussão interna ao marxismo para, dessa forma, buscar fortalecê-lo.

Entretanto, ao escolhermos a obra de Machado como nossa principal interlocução, não temos a intenção de discutir a questão específica da escola única e politécnica, mas sim sua articulação com a tática da construção da hegemonia proletária particularmente na realidade atual. Em outras palavras: a proposta de implantação da escola única do trabalho, inclusive na sociedade contemporânea, tem como pressuposto a utilização, pelo proletariado, da fórmula estratégica da hegemonia civil. Pois é justamente esse pressuposto que se constitui como objeto principal de nossa análise.

É necessário esclarecer, ainda, que não pretendemos lançar e nem defender nenhuma proposta nova de escola. O objetivo de nossa investigação é tão somente o de discutir o pressuposto básico sobre o qual se balizou um grande número de autores, inclusive Machado, ao anunciar e defender propostas escolares para a realidade atual sob a ótica da categoria gramsciana de “fórmula da hegemonia civil”.

Com o intuito de empreender essa tarefa começamos, no primeiro capítulo, por reproduzir, resumidamente, a linha argumentativa de Machado a respeito da passagem da chamada “fórmula da revolução permanente”, elaborada por Marx/Engels, para a chamada “fórmula da hegemonia civil”, esboçada por Gramsci, bem como acerca da relação que estabelece entre esta última fórmula estratégica e a proposta proletária de escola única. Em seguida, retomamos as duas fórmulas estratégicas recuperando o contexto histórico no qual foram produzidas, a fim de analisar a diferença entre elas, até chegar à conclusão de que essas duas fórmulas (como qualquer fórmula estratégica) foram elaboradas como resposta histórica às suas respectivas realidades concretas, e como essas realidades eram distintas, isso implicou em diferentes formulações estratégicas. Como decorrência,

constatamos que a discussão e a proposta de escola empreendidas por Gramsci estão relacionadas à sua “fórmula da hegemonia civil”, e sendo esta fórmula estratégica elaborada no contexto daquela determinada realidade, analisada por ele, então a proposta gramsciana de escola é relativa àquela realidade.

Concluimos que a realidade atual é distinta daquelas analisadas por Marx/Engels e Lênin, cuja fórmula estratégica era a da “revolução permanente”, aplicada vitoriosamente na revolução russa de outubro de 1917, e também da realidade analisada por Gramsci, cuja fórmula estratégica era a da “hegemonia civil”. Essa constatação demonstra o equívoco da transposição da “fórmula da hegemonia civil” e das propostas gramscianas de escola para o período contemporâneo, pois tanto a fórmula estratégica como a proposta de escola para a sociedade atual têm de ser elaboradas como resposta histórica a essa realidade concreta.

No segundo capítulo esclarecemos que o conceito de hegemonia não pertence exclusivamente à fórmula gramsciana da “hegemonia civil”, mas esteve presente em outros autores na tradição marxista, o que indica que a luta hegemônica se constitui como necessidade para qualquer fórmula estratégica. Em seguida indicamos que a escola poderia se tornar uma das “agências” de construção da hegemonia proletária, na medida em que exerce a função de transmissão do conhecimento sistematizado, especialmente do conhecimento produzido sob o ponto de vista do proletariado, pois a construção da hegemonia pressupõe a apropriação desse conhecimento. No entanto, levantamos uma série de questionamentos chamando a atenção para a realidade atual, inclusive para a realidade concreta da escola no Brasil, porque, se é verdade que a escola pode contribuir para a luta hegemônica do proletariado, então, esta contribuição deve ser pensada no contexto da realidade atual, articulada à fórmula estratégica do proletariado, elaborada a partir dessa realidade.

EDUCAÇÃO, ESCOLA E “FÓRMULA DA HEGEMONIA CIVIL”

A discussão a respeito do papel da escola reveste-se de uma importância vital, especialmente quando se pensa numa escola voltada para os interesses dos trabalhadores. Por isso mesmo, como tal discussão não pode ser feita de forma abstrata, no terreno puramente lógico, é preciso historicizá-la. Há de se analisar o papel da escola no contexto da luta de classes que se estabelece no âmbito do capitalismo, o que significa dizer que, se estamos pensando numa escola que atenda aos interesses do proletariado, temos de analisá-la na relação com o projeto de transformação deste modo de produção.

Com o intuito de empreender essa discussão, tomaremos como referência e interlocução principais a obra *Politecnia, escola unitária e trabalho* (Machado, 1989), pelas razões já apontadas na Introdução.

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E “FÓRMULA DA HEGEMONIA CIVIL”

Na referida obra, Machado não só recupera o papel fundamental da escola em sua especificidade, como vai além, dando um caráter global à discussão, contextualizando a escola e articulando-a com o projeto de construção da hegemonia do proletariado. Tendo essa perspectiva no horizonte, e balizada pela concepção marxista, especialmente gramsciana, a autora faz um estudo histórico com o escopo de analisar “o que significa, onde, como e quando surgiu e que implicações têm a ideia de unificação escolar” (Machado, 1989, p. 9). Logo no início de seu livro, a autora deixa claro que existem duas propostas distintas de

unificação escolar: a liberal/burguesa e a socialista/proletária, sendo que ambas buscam a construção e consolidação da hegemonia de suas respectivas classes, no contexto da luta de classes, ou da disputa de hegemonia.

Para Machado, a proposta burguesa de unificação escolar pretende realizar a unidade nacional, e uma das formas de efetivá-la seria através do acesso à escola, pois esta possibilitaria a formação de homens com certos conhecimentos e treinamentos, necessários à integração à vida urbana e ao processo de trabalho. Essa proposta

decorre da necessidade política da burguesia de consolidar sua hegemonia sobre as demais classes sociais” (p. 9), “pois a burguesia, devido à forma contraditória de desenvolvimento do capitalismo, se vê cada vez mais impossibilitada de continuar governando, sem antes buscar negociar e se legitimar (Machado, 1989, p. 10).

Por isso,

a proposta liberal de unificação escolar constitui um dos elementos do sistema de defesa do capitalismo, na guerra de posições, pois visa consolidar a direção da burguesia, quebrando a unidade de seus opositores (Machado 1989, p. 10).

Se esta proposta contém certos avanços, estes, entretanto, não conduzem à superação de seu caráter diferenciador, “pois ela implica o desenvolvimento unilateral do indivíduo, a monotecnia e o ajustamento à divisão social do trabalho” (Machado 1989, p. 10).

Em contrapartida, para a autora,

a proposta de escola unitária do trabalho faz parte da concepção socialista de educação e tem por objetivo o desenvolvimento multilateral do indivíduo. Ela se propõe como escola única, porque, sob a hegemonia do proletariado, o socialismo pretende realizar a emancipação geral; e do trabalho, porque é ele que lhe dá o conteúdo da unificação educacional. Este princípio unitário pressupõe em primeiro lugar,

tornar os conhecimentos concretos, vivos e atualizados com o desenvolvimento técnico-científico. Por outro lado, exige a redefinição da relação entre estrutura, conteúdo e métodos numa perspectiva orgânica. Por último, requer que o ensino seja impregnado pelas questões postas pelo quotidiano social. O ensino politécnico é definido como o meio adequado para a operacionalização deste princípio educativo, atendendo às condições apontadas acima (Machado, 1989, p. 11).

Essa proposta tem sido alvo de uma grande controvérsia entre aqueles que vêm pensando a questão da educação sob a ótica dos interesses do proletariado. O pomo da discórdia está justamente em saber se tal proposta é possível de ser realizada no âmbito do capitalismo.

Machado não se furta a participar da discussão. Ela reconhece que no contexto do capitalismo, mesmo a proposta burguesa encontra imensas dificuldades de realização.

Mesmo no âmbito da concepção liberal-reformista, a promessa tem se defrontado com inúmeras dificuldades para ser cumprida, uma vez que a questão não é simples, pois envolve a resolução de problemas que expressam as condições sociais (Machado, 1989, p. 170).

Se no interior do capitalismo há dificuldades para a implantação da proposta burguesa, quais seriam as possibilidades de viabilização da proposta proletária? Para a autora,

a unificação escolar só é possível à medida que forem eliminadas as condições geradoras da diferenciação e da desigualdade social. Para chegar a este nível de unificação, seria preciso, porém uma certa diferenciação: torna-se necessário passar, primeiro, pela escola de classe (proletária) para atingir a uma escola realmente unificada, a escola da sociedade sem classes (Machado, 1989, p. 11)

A afirmação de Machado leva ao entendimento de que a “escola realmente unificada” não poderá se efetivar no capitalismo e nem

sequer na sociedade socialista, mas sim em seu estágio superior, a sociedade comunista, “sociedade sem classes”, e que no socialismo se dará a mediação, a passagem – “escola de classe (proletária)”. A autora confirma esse entendimento, ao afirmar que

na sociedade atual, a educação não tem condições de ser a mesma e a unificação escolar só é possível quando, após longo processo, forem suprimidas as causas que originaram as diferenciações. A sociedade comunista representa esta possibilidade, quando poderão ser resolvidos os conflitos que atravessam atualmente a escola e que dizem respeito às contradições entre naturalismo e humanismo, existência e essência, objetivação e autoafirmação, liberdade e necessidade, indivíduo e espécie etc. (Machado, 1989, p. 261).

Entretanto, isto não significa dizer que no âmbito do capitalismo não se possa lutar pela implantação da proposta proletária de unificação escolar. Ao contrário, a luta deve começar aqui e agora, pois,

sendo o capitalismo transitório, porquanto carrega em si os germes da sua superação, a fórmula de unificação escolar definida pela burguesia representaria apenas uma solução precária e contraditória. É no desenvolvimento prático dessas contradições que se encontra a alternativa correspondente ao movimento da história. Para tanto, torna-se necessário alargar as bases de apoio do proletariado, arregimentar forças, resistir à impositividade do capital, consolidar posições e espaços, assumir a direção política das massas, articulando a luta democrática com a luta pelo socialismo. Neste processo de lutas, é preciso fazer com que a escola vá tomando feições novas, como parte do processo mais amplo de renovação cultural e moral e do desenvolvimento da vontade coletiva (Machado, 1989, p. 11-12).

Aqui talvez resida a grande contribuição de Machado. Ela argumenta, utilizando-se de uma fundamentação coerente, porque e como deve se dar a luta pela aplicação da proposta proletária de unificação escolar no âmbito do capitalismo, colocando-a como momento

do projeto de superação deste modo de produção, cuja estratégia é a luta pela construção da hegemonia proletária. A autora trabalha, fundamentalmente, com o pressuposto de que a função da escola depende das estratégias que o proletariado tem usado ou pode usar nos diversos momentos históricos de luta contra a burguesia e, portanto, pela superação do capitalismo. Por isso, faz o relato e a análise, utilizando como fio condutor a relação entre reforma e revolução, dos embates ocorridos no seio do movimento operário, desde o século XIX, a respeito dos diversos projetos de transformação do capitalismo e, por conseguinte, das diferentes propostas educacionais decorrentes daqueles projetos. Machado destaca três perspectivas divergentes de encaminhamento da luta dos trabalhadores pela escola unitária: a anarquista, a reformista e gradualista, e por fim a marxista.

Interessa-nos, para efeito dessa análise, somente a última, a marxista. Neste item, Machado desenvolve a seguinte linha de raciocínio: o capitalismo sofreu intensas transformações do século XIX para o século seguinte, e gerou, entre outras coisas, o que Gramsci denomina de “Estado moderno” e isso implicou uma mudança de formulação estratégica. Por isso se o proletariado pretende ser vitorioso, deve substituir a “fórmula de 1848” preconizada por Marx e Engels no século XIX e adequada para aquele momento histórico, pela “fórmula da hegemonia civil”, indicada por Gramsci ao tratar do “Estado moderno”. Isso determina um papel de destaque para a escola, na medida em que os “princípios da hegemonia civil” pressupõem uma luta determinante no “campo” da superestrutura. Como se trata de um raciocínio fundamental na argumentação da autora, é necessário examiná-lo de forma mais detalhada.

No século XIX, em razão das particularidades do capitalismo e, por conseguinte, da correlação de forças entre as classes e frações de classe, Marx e Engels apontaram em vários de seus escritos, especialmente na “Mensagem do comitê central à liga dos comunistas” (Marx; Engels, s. d., v. 1, p. 83-95) de 1850, o conjunto de táticas mais adequadas para aquele momento histórico, e que posteriormente foram batizadas de “Fórmula de 1848”. Nesse documento, Marx e Engels definem a chamada “estratégia da revolução permanente” (ou, como foi denominada posteriormente, “guerra de movimento”) defendendo, resumidamente,

que o proletariado já deve se preparar para, no momento em que a burguesia democrática (aliada ao proletariado) conseguir derrotar os seus antagonistas e tomar o poder, não dar tréguas à sua antiga aliada; ao contrário, deve destruí-la, através de uma revolução violenta, utilizando-se, dentre outros meios, principalmente do instrumental militar. Daí decorre a necessidade vital de uma organização independente do proletariado, legal e secreta, da criação de comitês operários e de milícias operárias armadas, e da utilização da tática da desestabilização.

Entretanto, valendo-se de citações do historiador inglês Eric J. Hobsbawm, Machado argumenta que, por razões de ordem objetiva e subjetiva, “de fato, o modelo político de transição proposto por Marx e Engels não se revelou exequível” (Machado, 1989, p. 235), o que provocou desdobramentos no movimento operário e, portanto, no seio da I Internacional. O período posterior à derrota da Comuna de Paris e ao fim da I Internacional, formalizado em 1876, marca uma fase de “depressão” no movimento operário, especialmente pela falta de clareza das estratégias mais adequadas. Machado vê no próprio Engels uma “luz no fim do túnel”:

Sem cair no culto da solução via parlamento e sem abdicar da possibilidade de recurso à violência, quando esta fosse necessária, Engels percebeu na associação entre estas duas alternativas, a saída para o impasse. A revolução demandava, portanto, certas mediações necessárias, para que se pudesse, de um lado, isolar politicamente a burguesia, utilizando-se do próprio parlamento burguês, como forma de forçar certas conquistas e de denunciar os seus limites. Por outro, era necessário conquistar espaços, cada vez mais concretos e amplos, para que se pudesse aumentar a base social de apoio do proletariado (Machado, 1989, p. 237).

Articulando, assim, as duas alternativas – Parlamento/violência; reforma/revolução –, a autora continua sua argumentação fazendo uma citação de Engels:

[...] e, se mesmo esse poderoso exército do proletariado ainda não pode atingir seu objetivo, se ele não tem como

conseguir a vitória através de uma única batalha imensa e precisa progredir lentamente numa luta dura e persistente, *de posição em posição* [grifo de Machado], isso demonstra de uma vez por todas como era impossível conquistar a transformação social em 1848 por meio de um simples golpe de surpresa (apud Machado, 1989, p. 238).

Começava, assim, a despontar o embrião da “guerra de posição” que deveria substituir a “guerra de movimento”, e que foi trabalhada e “lapidada” por Gramsci a partir do século XX. De fato, Gramsci pôs a questão das formulações em seu devido lugar, ou seja, ele demonstrou que a mudança de estratégia (guerra de movimento para guerra de posição) deve-se não ao fato de que a “fórmula da revolução permanente” estivesse equivocada, mas às modificações ocorridas no próprio capitalismo. Para ele, a fórmula da revolução permanente

é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos: maior atraso no campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou numa só (Paris para a França); aparelho estatal pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal; determinado sistema das forças militares e do armamento nacional; maior autonomia das economias nacionais no quadro das relações econômicas do mercado mundial etc. (Gramsci, 1984, p. 91-92).

Gramsci ancorou as razões para a alteração da estratégia nas mudanças ocorridas no sistema capitalista:

No período posterior a 1870, em virtude da expansão colonial europeia, todos esses elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e maciças, e a fórmula jacobino-revolucionária da “revolução permanente” é elaborada e superada na ciência política pela fórmula da “hegemonia

civil”. Verifica-se na arte política aquilo que ocorre na arte militar: a guerra de movimento transforma-se cada vez mais em guerra de posição, podendo-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara minuciosa e tecnicamente no tempo de paz. Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as “trincheiras” e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: elas fazem com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc. (Gramsci, 1984, p. 92).

Machado também concorda com esta constatação. Segundo ela,

a época histórica vivida por Marx e Engels era bem diferente deste momento de virada do século [XX], quando ocorre uma grande modificação no sistema capitalista, com a passagem da sua fase concorrencial para o desenvolvimento dos monopólios e do imperialismo. Portanto, a nível político e social, era de se esperar que mudanças importantes ocorressem, correspondentes ao que se verificava com a economia, com a grande expansão das forças produtivas, interferindo na própria dinâmica da acumulação (Machado, 1989, p. 239).

Gramsci não faz essa discussão por acaso, por um simples capricho intelectual. Ele era um militante marxista, um experimentado estrategista, e por isso sabia, assim como todos os revolucionários que tinham a mesma perspectiva, que não se pode extrair a fórmula estratégica mais adequada para a vitória do proletariado sobre a burguesia da mera vontade política, mas de uma análise profunda da realidade e suas contradições e também da análise da fórmula estratégica da burguesia. Sua grande contribuição foi ter explicado as modificações ocorridas no âmbito do capitalismo, especialmente como a burguesia modificou suas estratégias e, dessa forma, se fortaleceu. A “velha” estratégia da “fórmula de 1848” perdeu sua eficácia e sua validade, pois, diz Gramsci,

a “sociedade civil” transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemen-

to econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna. Da mesma forma que ocorria na guerra, quando um nutrido fogo de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário, mas, na realidade, só o atingia na sua superfície externa, e no momento do ataque os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente, assim ocorre na política durante as grandes crises econômicas; nem as tropas atacantes, em virtude da crise, organizam-se rapidamente no tempo e no espaço, nem muito menos adquirem um espírito agressivo; reciprocamente, os atacados não se desmoralizam, nem abandonam as defesas, mesmo entre ruínas, nem perdem a confiança na sua força e no seu futuro (Gramsci, 1984, p. 73).

Para, então, concluir:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado conhecimento do caráter nacional (Gramsci, 1984, p. 75).

Concordando com essa posição, Machado conclui que a nova estratégia da burguesia, “descoberta” por Gramsci, ou seja, a grande “arma” que a faz resistir nos momentos “catastróficos” de crise é o “novo sistema de trincheiras da guerra moderna, as instituições superestruturais da sociedade civil, do qual toma parte ao lado de outras, a instituição escolar” (Machado, 1989, p. 241). Dessa forma, Machado percebe que a função da escola que pretenda estar voltada para os interesses do proletariado deve estar articulada com o projeto de revolução do capitalismo, e este projeto, por sua vez, deve ser balizado pela análise da realidade; realidade em constante movimento.

Se, de fato, a “fórmula da hegemonia civil” é a fórmula correta a

ser utilizada pelo proletariado quando se trata do “Estado moderno”, então a escola, uma das instâncias de construção da hegemonia, passa a ter um papel privilegiado. Machado confirma:

Acompanhando a modificação geral que se processa na estrutura social, tal como exposta por Gramsci, a instituição escolar não deixaria de sofrer alterações importantes, tornando-se também uma questão complexa. Seu papel dentro da guerra de posição é incomparavelmente maior, relativamente ao período da guerra de movimento, quando predominava o elemento militar e o ataque frontal. Para vencer a guerra, a instituição escolar passa a ser um elemento importante, ao lado de outros organismos civis, que passam a constituir ‘trincheiras’ e fortificações a resguardar e a ampliar posições adquiridas (Machado, 1989, p. 239).

A autora conclui, depois de empreendida toda essa análise acerca das modificações no capitalismo e, portanto, das fórmulas estratégicas, que nesse contexto, e ainda no âmbito dessa sociedade, o proletariado não só pode, mas deve lutar pela implementação de sua proposta de unificação escolar.

A educação para Gramsci tem, portanto, uma dimensão política muito ampla, pelo papel significativo que podem ter a organização escolar e a criação de uma nova cultura na reestruturação democrática da sociedade. Esta perspectiva de transformação começaria já no capitalismo e um dos meios importantes para isto seria a luta pela escola única para todos (Machado, 1989, p. 251).

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E “FÓRMULA DA HEGEMONIA CIVIL”: ALGUMAS QUESTÕES

Se, por um lado, a relação que Machado estabelece entre a luta pela implantação da escola única para todos no âmbito do capitalismo e a fórmula gramsciana da “hegemonia civil”, contribui imensamente para a análise do papel da instituição escolar, por outro lado, apresenta

alguns problemas e questionamentos que merecem ser devidamente avaliados, especialmente quando começamos a pensar na realidade atual. É o que pretendemos investigar a seguir.

Reforma *versus* revolução

Em primeiro lugar aparece a questão da relação entre reforma e revolução. Machado argumenta que a grande diferença entre a chamada “estratégia da revolução permanente”, ou “guerra de movimento” e a chamada “estratégia da hegemonia civil”, ou “guerra de posição” é que esta última, apesar de não abdicar necessariamente da revolução violenta, admite a conquista de reformas antes da tomada do poder; ou melhor, o proletariado, no contexto do “Estado moderno” deve ir conquistando posições, inclusive via parlamentar, antes da tomada do poder.

A fórmula [...] da hegemonia civil, fundamenta-se na socialização da participação política, tem por objetivos conquistar posições para a conquista definitiva do Estado e se aplica aos Estados modernos [...] (Machado, 1989, p. 242).

A autora, além de admitir a necessidade das reformas, recupera a relação dialética que deve existir entre reforma e revolução, ao fazer a crítica àqueles que tinham uma visão mecanicista ou excludente dessa relação.

Sem cair no culto da solução via parlamento e sem abdicar da possibilidade de recurso à violência, quando esta fosse necessária, Engels percebeu na associação dialética entre estas duas alternativas, a saída para o impasse. A revolução demandava, portanto, certas mediações necessárias, para que se pudesse, de um lado, isolar politicamente a burguesia, utilizando-se do próprio parlamento burguês, como forma de forçar certas conquistas e de denunciar os seus limites. Por outro, era necessário conquistar espaços, cada vez mais concretos e amplos, para que se pudesse aumentar a base social de apoio do proletariado (Machado, 1989, p. 237).

Rastreado a trajetória de Engels, Machado descobre nele o precursor da fórmula da guerra de posição, já que

Engels aponta a importância da mudança da tática política, de passagem da chamada guerra de movimento para a guerra de posição, questão retomada por Gramsci e fundamental para a recolocação do significado da escola e da luta pela sua transformação (Machado, 1989, p. 238).

No entanto, se a grande diferença, apontada por Machado, entre as duas formulações estratégicas é a de que a fórmula da guerra de posição admite a necessidade de reformas, via parlamento, numa relação dialética com a revolução, parece-nos necessário “dar uma olhada” no texto considerado matriz da estratégia da guerra de movimento, a “Mensagem do comitê central à liga dos comunistas”. Nele, Marx e Engels, ao preverem a possível vitória da burguesia democrática, aliada ao proletariado, afirmam que

a consequência imediata da derrubada dos governos existentes há de ser a eleição de uma assembleia nacional representativa. Nela o proletariado deverá fazer com que:

I. Nenhum núcleo operário seja privado do direito de voto, a pretexto algum, nem por qualquer estratagemas das autoridades locais ou dos comissários do governo.

II. Ao lado dos candidatos burgueses democráticos figurem em toda parte candidatos operários, escolhidos na medida do possível dentre os membros da Liga, e que para o seu triunfo se ponham em jogo os meios disponíveis. Mesmo que não exista esperança alguma de triunfo, os operários devem apresentar candidatos próprios para conservar independência, fazer uma avaliação de forças e demonstrar abertamente a todo mundo sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido (Marx; Engels, s. d., v. 1, p. 89-90).

Fica claro, portanto, que, para Marx e Engels, a “fórmula da guerra de movimento” admite a participação no parlamento burguês,

numa relação dialética com a revolução e, igualmente à “fórmula da guerra de posição”, também demanda

“certas mediações necessárias, para que se pudesse, de um lado, isolar politicamente a burguesia, utilizando-se o próprio parlamento burguês, como forma de forçar certas conquistas e de denunciar os seus limites. Por outro, era necessário conquistar espaços, cada vez mais concretos e amplos, para que pudesse aumentar a base social de apoio do proletariado” (Machado, 1989, p. 237),

conforme Machado defende para a “guerra de posição”.

Isso demonstra que não há diferença, a respeito desse aspecto, entre a “fórmula da revolução permanente” e a “fórmula da hegemonia civil”, uma vez que ambas pressupõem uma “relação dialética entre reforma e revolução”. Se existe distinção entre as duas fórmulas, não é exatamente aquela apontada por Machado. Para que se possa, de fato, compreender tal diferença, é preciso fazer uma série de esclarecimentos importantes a respeito da relação reforma/revolução, questão que, historicamente, foi e tem sido tão polêmica. Alguns deles já foram, de certa forma, abordados por Machado, mas cremos que seja necessário retomá-los. Para empreender essa tarefa começaremos por avaliar como a questão foi tratada na interlocução entre os marxistas e os reformistas, para depois analisá-la no âmbito da discussão entre os próprios marxistas.

Marxistas e reformistas

De início, faz-se necessário reafirmar uma aparente obviedade, mas que na verdade é pressuposto básico: para qualquer marxista deve estar fora de dúvida (e, portanto, de discussão) a necessidade da revolução como mediação entre o capitalismo e o socialismo. Não se trata de uma simples possibilidade, mas de uma *necessidade* histórica. A revolução é a expressão da ruptura, do salto de qualidade, sem a qual não se pode passar da velha para a nova ordem social.

Não se pode, todavia, confundir revolução (tomada do poder)

com uma simples ação militar de “assalto ao poder” (Putsch), com um mero “golpe de Estado”, ou com o momento insurrecional. Como essa confusão foi utilizada como expediente tático pelos reformistas na época da II Internacional, e como Rosa Luxemburgo se encontrava no seio dessa discussão, ninguém melhor que ela para os devidos esclarecimentos:

Esta objeção revela uma série de mal-entendidos quanto à natureza real e ao desenrolar de uma revolução social. Primeiro mal-entendido: a conquista do poder político pelo proletariado, quer dizer, a grande classe popular, não se faz artificialmente. Exceto em casos excepcionais – como a Comuna de Paris, onde o proletariado não obteve o poder no fim de uma luta consciente, mas onde o poder lhe coube como herança que ninguém queria – a conquista do poder político implica uma situação política e econômica que atingiu um determinado grau de maturidade. É esta a diferença básica entre os golpes de Estado, no estilo blanquista, levados a efeito por uma minoria atuante, desencadeados num momento qualquer e, de fato, sempre inoportunos, e a conquista do poder político pela grande massa popular consciente; uma tal conquista só pode ser o produto da decomposição da sociedade burguesa, contém em si própria a justificação econômica e política da sua oportunidade (Luxemburgo, 1986, p. 107).

Exatamente por causa disso, ou seja, que a revolução pressupõe necessariamente um processo, um conjunto de mediações, voltemos à questão da relação reforma/revolução. Ainda aqui, é também Rosa Luxemburgo que tem a palavra:

Para a social-democracia lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um

elo indissolúvel: a *luta* pela reforma social é o *meio*, a revolução social o *fim* (Luxemburgo, 1986, p. 23, grifos meus).

Podemos extrair, dessa citação, dois importantes ensinamentos. Primeiro que a revolução violenta (tomada do poder) é uma necessidade, e que, por pressupor um processo, guarda uma relação não abstratamente “dialética” com a luta pelas reformas, mas uma relação em que ela é o *objetivo estratégico* (fim) e a luta por reformas é o *meio*. Esta inequívoca e límpida posição está presente desde Marx/Engels até os marxistas atuais, o que implica dizer que não se encontra aqui a diferença entre os diversos projetos revolucionários preconizados por eles, inclusive entre a “fórmula da hegemonia civil” (Gramsci) e a “fórmula da revolução permanente” (Marx/Engels).

Em segundo lugar, há de se destacar um detalhe aparentemente irrelevante: não é a realização mesma das reformas que constitui a tática, mas a *luta* por elas; mesmo porque, sua realização depende do contexto econômico, da correlação de forças e da flexibilidade tática das classes em luta. Voltaremos a esta questão mais adiante.

Se o traço marcante dos marxistas, que os diferencia dos reformistas, é a defesa da necessidade da revolução, enganam-se os mais incautos ao acreditar que o reformismo se caracteriza simplesmente pela negação formal da revolução. É claro que há reformistas e reformistas, e muitos deles admitem a negação explícita da revolução. Mas nem sempre é assim. O que caracteriza o reformismo sutil é o fato de que, embora faça a afirmação formal da revolução, acaba por esvaziar o seu conteúdo, extraindo-lhe sua razão de ser. Para se entender melhor o que pretendemos dizer é preciso fazer uma breve retrospectiva da gênese do reformismo, bem como da crítica que ele recebeu, no seio do movimento proletário.

Não se pretende, nos limites desse estudo, analisar em detalhes a trajetória dos diversos reformistas, mesmo porque somente as diferenças entre eles já se constituiria como objeto de uma investigação específica. O que importa ressaltar é que os reformistas, mais explícitos ou mais sutis, desde Lassalle até o Kautsky da época de seu “superimperialismo”, passando por Bernstein e outros, chegam à mesma

conclusão geral, qual seja, que o próprio desenvolvimento do capitalismo, através de sua adaptação (superação das contradições), vai desembocar no socialismo, prescindindo assim da necessidade da ruptura. Percebe-se, portanto, que para o reformismo, a desnecessidade da revolução não é uma questão de princípio, mas é uma conclusão; não é o ponto de partida, mas de chegada. O seu traço característico é acreditar na possibilidade de adaptação do capitalismo (quaisquer que sejam os meios), acreditar num processo de contínua evolução de reformas no âmbito do capitalismo. Dessa forma, o reformista não precisa, necessariamente, negar formalmente a revolução; pode até afirmá-la, mas na medida em que crê naquelas possibilidades, esvazia seu conteúdo, arranca sua essência, transformando-a no desaguadouro “natural” do processo de adaptações e reformas do capitalismo.

Contra essa posição se colocam, primeiramente, Marx e Engels, que fizeram duras críticas ao reformismo embrionário de Lassalle, especialmente na “Crítica ao Programa de Gotha” (Marx; Engels, s. d. v. 2), e depois, principalmente Rosa Luxemburgo com seu livro *Reforma social ou Revolução?* (Luxemburgo, 1986) polemizando com Bernstein, e Lênin que trava uma batalha com Kautsky em seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (Lênin, 1989). É interessante observar que, embora o fulcro da discussão tenha sido político, tanto Rosa como Lênin recorrem a um instrumental de análise econômica do capitalismo cuja característica principal, naquela época, era o advento do capital financeiro e monopolista, ou seja, do imperialismo. Isso se deve ao fato de que era preciso investigar, utilizando-se do método materialista dialético, as determinações fundamentais, ou melhor, detectar as leis do movimento objetivo do capital em sua fase imperialista para que se pudessem vislumbrar as tendências daquele movimento. Não é por acaso que *Reforma social ou revolução?* de Rosa Luxemburgo tenha sido o “ensaio geral” de sua futura obra maior *A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo* (Luxemburgo, 1985), onde analisa com profundidade, completando o próprio Marx, a natureza das crises, construindo, assim, os fundamentos de sua teoria do desenvolvimento e do colapso do capitalismo. O mesmo se dá com Lênin no texto acima citado, que

se baseia, entre outros, em Marx, Hilferding – *O capital financeiro* (Hilferding, 1985) – e Bukharin – *A economia mundial e o imperialismo* (Bukharin, 1986¹) –, e onde “se perde a maior parte do tempo” em discussões econômicas (para o leitor menos avisado trata-se de um simples compêndio de economia). Toda essa análise da economia lhes serve de base sólida para concluir, em oposição aos reformistas, que o desenvolvimento do capitalismo não só não vai atenuar ou eliminar as contradições internas, mas ao contrário, vai acirrá-las, de tal modo que o uso da violência reacionária por parte da burguesia seguirá na mesma proporção da agudização das contradições, o que poderá criar as condições objetivas para que o proletariado use a sua violência revolucionária², condição *sine qua non* para a construção de uma sociedade onde a violência entre as classes esteja relegada aos textos que registrarão a “pré-história da humanidade”, empoeirados nas bibliotecas informatizadas do futuro.

A conclusão que podemos extrair dessa análise é a de que a revolução não é o desdobramento de um processo de reformas. Se é verdade que existe uma relação dialética entre reforma e revolução, esta explicitação não é suficiente para se compreender a relação entre estes dois elementos. A revolução só é necessária exatamente porque o capitalismo não pode fazer reformas profundas, não pode atenuar ou eliminar suas contradições internas. A anarquia da produção, a concorrência entre os monopólios gigantes, a partilha e repartilha das áreas de influência, o uso constante e crescente da violência (qualquer que seja sua forma), a concentração e centralização do capital, a queda tendencial da taxa de lucro, as crises cíclicas de superprodução de capital,

¹ O prefácio desta obra de Bukharin, escrito por Lênin em 1915 é um prenúncio da tese que defenderá no seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrito em 1916.

² Ao falarmos de violência não estamos reduzindo-a somente à violência militar, mas tratando-a de forma abrangente: violência econômica, político-jurídica, ideológica, diplomática, militar, etc. Já nos ensinava Clausewitz, o grande teórico da guerra, que a “guerra é a continuação da política por outros meios”. Poderíamos completá-lo, dizendo: “a guerra e a política são a continuação da economia por outros meios”. A miséria vivida por parte da humanidade é uma violência incomensurável do capitalismo em sua fase imperialista; em contrapartida, a expropriação dos meios de produção da burguesia pelo proletariado não deixa de ser, também, uma violência.

a exploração ascendente sobre o proletariado mundial, o arrocho salarial, a miséria, a fome, etc. etc., tudo isso é condição necessária para o desenvolvimento capitalista. A propósito do problema do enorme excedente de capitais, escreve Lênin:

Certamente, não deveria levantar-se a questão do excedente de capitais se o capitalismo pudesse desenvolver a agricultura, que atualmente, se atrasa por toda a parte em relação à indústria, se ele pudesse elevar o nível de vida das massas populares que, a despeito de um vertiginoso progresso técnico, permanecem por toda a parte oneradas pela subalimentação e pela indigência.

Os críticos pequeno-burgueses do capitalismo utilizam este “argumento” a propósito de tudo. Mas, se assim fosse o capitalismo não seria capitalismo, porque a irregularidade do seu desenvolvimento e a subalimentação das massas são condições e premissas fundamentais, inevitáveis deste modo de produção” (Lênin, 1989, p. 60-61).

A despeito do arrocho salarial, indaga Rosa Luxemburgo: “a redução dos salários não é, em resumo, segundo Marx, um dos principais meios de travar a baixa das taxas de lucro?” (Luxemburgo, 1986, p. 49). Quanto aos métodos de violência da política imperialista, afirma Bukharin:

No entanto, haverá quem diga, Kautsky e seus amigos acreditam que a burguesia renunciará aos métodos imperialistas, pois será forçada a isso por uma impulsão vinda de baixo.

Responderemos que existem, no momento, duas possibilidades: essa pressão será fraca e tudo ficará como no passado, ou, então, essa pressão será sobretudo uma “reação” e, nesse caso, teremos o início não de uma nova época de superimperialismo, mas de uma nova época *de evolução social, sem antagonismos*.

Toda a estrutura da economia mundial moderna empurra, assim, a burguesia no sentido da política imperialista. Da

mesma forma que a política colonial pressupõe métodos de violência, toda expansão capitalista conduz, cedo ou tarde, a um desfecho sangrento.

Os métodos de violência, escreve Hilferding, “são inseparáveis da essência da política colonial, que sem eles perderia seu sentido capitalista. Constituem o elemento integral da política colonial, assim como a existência de um proletariado desprovido de qualquer propriedade constitui a condição ‘sine qua non’ do capitalismo. Querer uma política colonial e, ao mesmo tempo, falar em abolir seus métodos de violência é fantasia que não se pode levar mais a sério do que a ilusão de que é possível suprimir o proletariado e, ao mesmo tempo, conservar o capitalismo” (Bukharin, 1986, p. 134-135, grifo do autor).

Se fosse possível que o capitalismo se “adaptasse” de tal modo a criar condições de produção e reprodução satisfatórias da vida humana, ou seja, que fosse se reformando, o que significa dizer, em última instância, que teria de eliminar suas próprias contradições internas, então a revolução seria desnecessária, porque o socialismo seria desnecessário. A esse respeito, assim se manifesta Rosa Luxemburgo:

[...] ou a transformação socialista da sociedade é consequência, como anteriormente, das contradições internas do sistema capitalista e, então, a evolução do sistema inclui também o acerbamento das suas contradições, acabando necessariamente um dia ou outro na derrocada sob uma ou outra forma, e nesse caso, os “fatores de adaptação” são ineficazes e a teoria da catástrofe é justa. Ou os “fatores de adaptação” são capazes de evitar realmente o desmoronamento do sistema capitalista e assegurar a sua sobrevivência, portanto, anular essas contradições e, nesse caso, o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica e, a partir daí, é tudo o que se queira, exceto o resultado do desenvolvimento material da sociedade (Luxemburgo, 1986, p. 31-32)

Acreditar, portanto, que a revolução é o desdobramento de um processo de reformas do capitalismo é cair na ilusão da tese refor-

mista, é transformar a revolução em conceito vazio. Se é verdade que a revolução é o salto de qualidade que ocorre a partir de um acúmulo de quantidades, isso não significa dizer que a revolução seja fruto de um acúmulo de “quantidades de reformas”, mas ao contrário, de um acúmulo de “quantidades de dificuldades e impossibilidades” de realizá-las, ou seja, acúmulo de “agudização de suas contradições internas”.

Essa afirmação não pode nos conduzir, entretanto, à conclusão de que o capitalismo não pode, em hipótese alguma, operar reformas no processo de seu desenvolvimento. Essa conclusão seria absurda, pois é possível constatar a “olho nu” sua incrível flexibilidade e capacidade de criar condições que lhe sejam favoráveis na tentativa de se perpetuar. Porém, é preciso enfatizar que as reformas acabam se restringindo à superficialidade do sistema, pois, como já vimos, se elas atingissem os elementos essenciais que o constituem, ou seja, as contradições que regem seu movimento, o capitalismo deixaria de ser capitalismo.

Quando afirmamos os limites das reformas estamos tratando a questão no contexto do capitalismo como um todo. Se levarmos em consideração “a floresta, e não somente uma árvore”, e a relação que se estabelece entre “as árvores no interior da floresta” podemos constatar que os países imperialistas tiveram uma boa “margem de manobra” para a realização de reformas. Mas isso, a que custo para os países que estiveram sob suas esferas de influência? Nesse sentido coloca-se a questão da relação entre o imperialismo e “Estado moderno”. Como já vimos anteriormente, a mudança de estratégia da burguesia, que levaria o proletariado a fazer o mesmo, se deveu a mudanças na configuração do Estado e, em última instância, a modificações ocorridas na própria base material do capitalismo. Embora Machado tenha levado em consideração a questão do Imperialismo, faltou-lhe, a nosso ver, dar o tratamento que essa questão merece. Seria preciso perguntar, por exemplo, até que ponto o advento do imperialismo não constituiu a causa fundamental das mudanças ocorridas na configuração do Estado nos países centrais. Ou, em outras palavras: até que ponto as relações imperialistas não foram o elemento determinante que permitiu à burguesia mudanças na configuração do Estado e, portanto, nas estraté-

gias a serem utilizadas, na medida em que o imperialismo “exportou” para a periferia do sistema o acirramento das contradições, dando à burguesia certo “fôlego” nos países centrais, permitindo-lhe prescindir da predominância do elemento militar e ao mesmo tempo colocando-lhe a possibilidade de criação de “campos de consenso” naqueles países? O que estamos indagando é: até que ponto não foi justamente o imperialismo a razão principal da mudança estratégica da burguesia e, portanto, a base fundamental da possibilidade de construção de sua hegemonia nos países centrais? Mas, se isso é verdade, há aqui um grande problema. E os países periféricos? Qual seria a configuração do Estado e, por conseguinte, qual a estratégia que a burguesia teria de usar nessas sociedades? Será que a “margem de manobra” da burguesia nesses países para a realização de reformas corresponde àquela que ocorreu nos países centrais? A agudização das contradições do sistema capitalista não imporá limites cada vez mais estreitos para a realização das reformas mesmo nos países centrais?

Além disso, há de se considerar que a tática da luta pelas reformas pode ser utilizada pelo proletariado, mas também pode ser utilizada pela burguesia, na medida em que a realização delas consiga cooptar o proletariado, ou parte dele, convencendo-o da desnecessidade de superação do capitalismo. Confirmando a posição de que as relações imperialistas possibilitaram um espaço maior de manobra para as burguesias centrais, assim se manifesta Lênin a respeito da questão:

Os elevados lucros que os capitalistas de um entre muitos outros ramos da indústria, de um, entre muitos outros países, etc., obtêm do monopólio, dão-lhes a possibilidade econômica de corromperem certas camadas de operários e até, momentaneamente, uma minoria operária bastante importante, atraindo-a para a causa da burguesia que pertence ao respectivo ramo industrial ou à nação considerada e jogando-as umas contra as outras. E o antagonismo cada vez maior que as nações imperialistas revelam perante as ocupações de partilha do mundo reforça esta tendência. Assim nasce a ligação entre o imperialismo e o oportunismo (Lênin, 1989, p. 124-125).

Num outro trecho, citando uma carta de Engels, Lênin é mais esclarecedor:

Assim, Engels escrevia a Marx em 7 de outubro de 1858: “Na realidade o proletariado inglês emburguesa-se cada vez mais e bem parece que esta nação, burguesa entre as demais, quer possuir, *ao lado* da sua burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Evidentemente que, da parte de uma nação que explora o universo inteiro, isso é até certo ponto lógico” (Lênin, 1989, p. 105-106, grifo do autor).

Mas se tudo o que afirmamos até aqui é verdade, ou seja, que o capitalismo não pode fazer reformas estruturais, mas somente superficiais; que o espaço dessas reformas é maior ou menor conforme a função que o determinado país exerce no contexto das relações imperialistas; e que a realização das reformas pode se tornar uma tática da burguesia para cooptar parcelas do proletariado; caberia então perguntar como as reformas se articulam com o objetivo estratégico, a revolução, de tal maneira que elas sejam meios de condução para esta última. É claro que não existe uma resposta única a esta questão, pois, como veremos adiante, ela depende da análise da realidade na qual se desenrola a luta entre as classes. Todavia, sabemos que, qualquer que seja a proposta para solucionar tal questão, dois elementos são imprescindíveis: as condições objetivas (desenvolvimento das forças produtivas, etc., que acarreta a agudização das contradições) e subjetivas (grau de consciência, organização e direção, etc.), sem as quais se torna impossível para o proletariado alcançar seu intento, na medida em que o processo revolucionário exige uma ação política deliberada, voluntária, consciente da classe revolucionária.

Pois bem, se a revolução pressupõe um conjunto de mediações, estas últimas não podem ser aquilo que se queira, mas devem ser táticas que conduzam ao objetivo estratégico. A luta por reformas só adquire um caráter de tática proletária quando seu objetivo é muito menos o de “conquistar posições” no capitalismo e muito mais o de denunciar os limites da capacidade do capitalismo em se reformar. É justamente na luta pelas reformas que a massa do proletariado vai per-

cebendo os limites do capitalismo e a necessidade de qualificar sua luta. A direção do proletariado tem de ter clareza da impossibilidade das reformas estruturais e por isso mesmo conduzir o conjunto da classe à luta pela exigência de reformas que a burguesia não pode fazer. Caso a burguesia consiga, por qualquer que seja a razão, realizar alguma reforma, cria as condições para transformar a tática proletária em tática burguesa. Por isso, ao conquistar qualquer reforma, o proletariado tem de exigir reformas mais profundas, que não possam de fato ser efetivadas. Isso significa que não é a conquista mesma das reformas que se constitui como tática, pois poderia criar na massa do proletariado a ilusão de que o capitalismo vai se reformando (tese reformista), mas sim a *luta* por reformas profundas, estruturais (impossíveis de se realizar no capitalismo), que possibilita a criação de condições para a elevação do nível de consciência das massas, ou seja, a o início da percepção da necessidade da revolução (condições subjetivas). Como a tática das reformas pode ser utilizada tanto pelo proletariado, como pela burguesia, cabe à direção do proletariado tentar revertê-la a seu favor, o que pressupõe, neste aspecto, uma clareza da impossibilidade de realização de reformas estruturais³.

³ A respeito da relação entre a revolução e a participação no parlamento, através da via eleitoral, Gramsci defende, num de seus artigos no *L'Ordine Nuovo*, a participação do Partido Socialista nas eleições, mas deixa claro que o Partido não deve ter como objetivo a conquista da maioria do Parlamento, mas sim o de formar uma bancada numerosa e aguerrida para tornar impossível à burguesia a constituição de um governo estável e forte.

“A revolução comunista não pode ser realizada com um golpe de mão. Mesmo que uma minoria revolucionária conseguisse, com a violência, apoderar-se do poder, esta minoria seria derrotada, no dia seguinte, pelo contragolpe das forças mercenárias do capitalismo, porque a maioria não absorvida deixaria massacrar a flor do poder revolucionário, deixaria transbordar todas as brutais paixões e as barbáries suscitadas pela corrupção e pelo ouro capitalista. É necessário, portanto, que a vanguarda proletária organize material e espiritualmente esta maioria de negligentes e preguiçosos, é necessário que a vanguarda revolucionária suscite, com os seus meios e os seus sistemas, as condições materiais e espirituais de modo que a classe proprietária não consiga governar pacificamente as grandes massas de homens, mas seja obrigada, pela intransigência dos deputados socialistas controlados e disciplinados pelo partido, a atemorizar as grandes massas, a golpear cegamente e a fazê-la revoltar. Uma finalidade de tal gênero só pode ser perseguida através da ação parlamentar entendida como ação

O que temos aqui, portanto, é o seguinte: quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior é o acirramento das contradições, mais reduzido se torna o espaço de reformas substantivas (condições objetivas). Exatamente por isso, o proletariado não só não deve abandonar a luta por reformas cada vez mais profundas, como, ao contrário, deve intensificá-la, não com a ilusão de conquistar tais reformas, mas com o intuito de transformá-la numa tática indispensável que sirva como instrumento de criação e desenvolvimento da consciência e organização da classe (condições subjetivas) com vistas à transformação revolucionária do capitalismo.

É verdade que Machado reconhece os limites das reformas no interior do capitalismo. Balizada em Lênin, ela afirma que

as possibilidades oferecidas pelo capitalismo à verdadeira emancipação econômica, social e política pela classe operá-

que tende a imobilizar o Parlamento, a tirar a máscara democrática da cara equívoca da ditadura burguesa, fazendo-a ver com todo o seu horror a sua fealdade repugnante”. [...] “Com efeito, a revolução encontra as grandes massas populares italianas ainda informes, ainda pulverizadas num movimento animalesco de indivíduos sem disciplina e sem cultura, obedecendo só aos estímulos do ventre e das paixões bárbaras. Por isso os revolucionários conscientes aceitaram a luta eleitoral: para criar, nesta multidão, uma unidade e uma forma primordial, para a ligar com um vínculo à ação do Partido Socialista, para dar um sentido e uma ideia de consciência política aos seus instintos e às suas paixões. Mas também por isso a vanguarda revolucionária não quer que estas multidões se iludam, que se lhes faça acreditar que é possível superar a crise atual com a ação parlamentar, com a ação reformista. É necessário agudizar a separação das classes, é necessário que a burguesia demonstre a sua absoluta incapacidade de satisfazer as necessidades das multidões, é necessário que estas se persuadam experimentalmente que subsiste um dilema nítido e cru: ou a morte pela fome, a escravidão de um calcanhar estrangeiro sobre a nuca que obrigue o operário e o camponês a morrer sobre a máquina e sobre um pedaço de terra, ou um esforço heroico, um esforço sobre-humano dos operários e camponeses italianos para criar uma ordem proletária, para suprimir a classe proprietária e eliminar todas as razões de dissipação, de improdutividade, de indisciplina, de desordem.

Somente por estes motivos revolucionários a vanguarda consciente do proletariado italiano desceu ao campo eleitoral, se implantou solidamente na feira parlamentar. Não por uma ilusão democrática, não por ternura reformista: para criar as condições do triunfo do proletariado, para assegurar o êxito do esforço revolucionário dirigido no sentido de instaurar a ditadura proletária encarnada no sistema dos Conselhos, fora do Parlamento e contra ele” (Gramsci, 1976a, p. 66-68).

ria não existiriam, pois, segundo Lênin, “o capitalismo *não pode* conceder emancipação *completa* e nem sequer a igualdade total” (Machado, 1989, p. 244, grifos do autor).

Apesar disso, ela propõe a seguinte solução:

O processo de transição social, no entanto, é complexo e comporta uma série de mediações. As conquistas parciais e as reformas são importantes, enquanto constituem direitos adquiridos e aceleradores das condições objetivas (desenvolvimento das forças produtivas) e subjetivas (reforço e encorajamento para a luta). Elas não implicam, necessariamente, o fortalecimento do poder burguês. Cabe ao proletariado pressionar o Estado na direção que lhe é mais conveniente, pois, *liberdade significa educar o Estado* [sic!], *colocando-o subordinado à sociedade civil* (Machado, 1989, p. 262, grifo meu).

Resumidamente, Machado entende que a transição do capitalismo para o socialismo é decorrente das conquistas parciais e das reformas, e da pressão que o proletariado deve exercer sobre o Estado para conduzi-lo na direção que lhe é mais conveniente. Parece-nos que a proposta da autora não está devidamente calçada na análise da base material do sistema capitalista, e se expressa em dois aspectos. O primeiro é que, como vimos anteriormente, por causa das leis que regem o movimento do capital, a “transição social” não é resultado de um processo de conquista de reformas, mas sim, ao contrário, de dificuldades e impossibilidades de realizá-las, ou seja, de um acúmulo de agudização das contradições internas do capital. Em segundo lugar, na proposição da autora, desaparece o caráter de classe do Estado, que se origina da base material. No capitalismo, o Estado é um Estado capitalista, e o é não porque é governado pela classe capitalista, mas sim porque é Estado de uma sociedade determinada pela forma capitalista da propriedade dos meios de produção. Isso significa dizer que a alteração de seu caráter de classe, de capitalista para socialista (proletário), implica, necessariamente, a alteração radical da base material, ou seja, a determinação da forma capitalista para a forma socialista da

propriedade dos meios de produção. A condição necessária para isso é a destruição violenta do Estado capitalista, ou seja, a ruptura revolucionária, fator decisivo também ausente na proposta de Machado.

Outro importante esclarecimento a ser feito é quanto à afirmação de Machado segundo a qual Engels, ao anunciar a necessidade de mudança estratégica, teria sido uma espécie de precursor da “guerra de posição”. Essa suposição foi extraída de um polêmico texto de Engels, escrito no final de sua vida (1895), e que já fora citado anteriormente: a “Introdução” à obra de Marx *As lutas de classe da França de 1848 a 1850*. Desse texto Machado extrai a seguinte conclusão:

Nesta colocação, Engels aponta a importância da mudança da tática política, de passagem da chamada guerra de movimento para a guerra de posição, questão retomada por Gramsci e fundamental para recolocação do significado da escola e da luta pela sua transformação (Machado, 1989, p. 238).

Embora Machado tenha chamado a atenção de que o texto de Engels foi “propositalmente publicado incompleto por Bernstein, visando a reforçar a opção legalista” (1989, p. 237), é preciso analisá-lo mais profundamente, levando-se em consideração o contexto em que foi escrito. De fato, esse texto foi escandalosamente utilizado pelos reformistas, conforme observação feita numa nota da redação relatada na edição das obras escolhidas de Marx e Engels:

Esta Introdução de Engels foi em seu tempo grosseiramente desfigurada pela direção oportunista da social-democracia alemã. Em março de 1895, W. Liebknecht publicou no Vorwaerts, órgão central do Partido, várias passagens arbitrariamente escolhidas da Introdução, selecionando tudo “que lhe podia servir para defender uma tática de paz a todo custo e contrária à violência” (Carta de Engels, de 3 de abril de 1895, a P. Lafargue). Por esta razão, escrevia Engels a Kautsky, em 1o. de abril de 1895: “Vi hoje no Vorwaerts um extrato de minha Introdução, publicado sem meu consentimento e arrumado de tal modo que surjo como um pacífico adorador da legalidade a todo custo. Essa é mais uma razão

para que deseje ver publicada integralmente a Introdução na *Neue Zeit*, a fim de que seja dissipada essa vergonhosa impressão.”

Contudo, a íntegra da Introdução não foi publicada, nem na *Neue Zeit*, nem no folheto editado em 1895. Diante da insistência da direção do Partido Social-Democrata Alemão, que escrevera a Engels falando-lhe da ameaça de uma nova lei de exceção contra os socialistas, Engels teve que concordar com a supressão das passagens politicamente mais cortantes, nas quais referia-se à iminente luta armada do proletariado contra a burguesia.

A direção da social-democracia alemã, em cujas mãos se encontrava o arquivo de Marx e Engels, não chegou a publicar integralmente esta Introdução, tratando de utilizar o texto mutilado para justificar sua política oportunista. O texto completo da Introdução não veio à luz até ser publicado na União Soviética (N. da R.) (Marx; Engels, s. d., p. 93 v. I).

Pela controvérsia que causou o texto de Engels, e por estar no centro do debate que ocorria no movimento operário naquele delicado momento histórico, Rosa Luxemburgo não poderia deixar de se pronunciar a respeito. Para ela,

quando Engels, no prefácio à *Luta de Classes em França*, revia a tática do movimento operário moderno, opondo as barricadas à luta legal não apontava – e cada linha do prefácio demonstra-o – ao problema da conquista do poder político, mas à luta quotidiana do momento. Não analisava a atitude do proletariado frente ao Estado capitalista no momento da conquista do poder, mas a sua atitude no interior do Estado capitalista. Em resumo, Engels dava diretrizes ao proletariado oprimido e não ao proletariado vitorioso (Luxemburgo, 1986, p. 105)⁴.

⁴ Não temos informações precisas, mas é provável que Rosa não tenha conhecido o texto na íntegra.

Mas como explicar que essa “Introdução” de Engels tenha causado tamanha polêmica e tenha sido utilizada dessa forma pelos “revisionistas”? Para responder satisfatoriamente a essa indagação teríamos de fazer tal análise que, por diversas razões, não caberia nos limites desse estudo. Todavia, gostaríamos de registrar, como indicação, algumas questões pertinentes: será que Engels não está, em seu texto, se referindo às táticas, que se mostraram ineficazes, utilizadas nas revoluções de 1848, e não às táticas propostas por ele e por Marx na “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”, considerada a matriz da chamada fórmula da revolução permanente? O que estamos querendo indagar é se não havia duas formulações estratégicas distintas, ou melhor, se a “fórmula da revolução permanente” (ou fórmula de 1848) elaborada na “Mensagem...”, escrita em 1850 como proposta e orientação para a Liga dos Comunistas da Alemanha no contexto de uma possível revolução democrático-burguesa que Marx e Engels previam que pudesse acontecer, não é uma superação das táticas utilizadas na própria revolução de 1848⁵.

Parece fazer sentido. Sabemos que uma das principais características das revoluções de 1848 foi a sua direção múltipla e difusa, pois embora a Liga dos Comunistas estivesse presente, havia a participação de um leque político-ideológico muito amplo: pequena-burguesia, jacobinos, socialistas utópicos dos mais diversos matizes, especialmente blanquistas, etc. Não havia, assim, uma direção dos “marxistas”, mesmo porque Marx e Engels estavam relativamente no início da elaboração de suas concepções políticas, e o “Manifesto do Partido Comunista” (escrito em dezembro de 1847 – janeiro de 1848), “porta de entrada” da teoria “marxista” era, durante o desenrolar da revolução de 1848, praticamente desconhecido. Esse foi um dos eixos da análise empreendida por Marx na própria obra *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, escrita no outono/inverno de 1849-50 (cf. Marx, s. d. (b), v. 1), cuja tese principal é a de que a derrota da revolução de 1848 se transformou em vitória na medida em que a derrota evidenciou os erros e debilidades (direção, estratégia

⁵ Se isso é verdade, então não sabemos por que a formulação tática proposta na “Mensagem...” de 1850 foi batizada como fórmula de 1848, e não como fórmula de 1850.

etc.) e, portanto, a necessidade de superá-los. Para ele,

o que sucumbia nestas derrotas não era a revolução. Eram os tradicionais apêndices pré-revolucionários, resultantes de relações sociais que ainda não se haviam aguçado o bastante para tomar forma de violentas contradições de classe: pessoas, ilusões, ideias, projetos de que não estava isento o partido revolucionário antes da Revolução de Fevereiro e de que não poderia ser liberto pela *vitória de fevereiro*, mas só por uma série de *derrotas*. Numa palavra: o progresso revolucionário não abriu caminho através das suas tragicômicas conquistas diretas, mas pelo contrário, foi engendrando uma contra-revolução cerrada e potente, gerando e combatendo um adversário que o partido da subversão pode finalmente converter-se em um partido verdadeiramente revolucionário (Marx, s. d. (b), v. 1, p. 111, grifos do autor).

Ora, se Marx e Engels escrevem a “Mensagem...” em 1850, depois, portanto, daquela análise empreendida, não há de se supor que a “fórmula da revolução permanente” não só não seja a mera repetição das táticas de 1848, mas exatamente a sua superação, na medida em que, conscientes dos limites e debilidades da anterior, propõem novas táticas que a superam? Não seria a “fórmula da revolução permanente” (1850) a expressão da vitória sobre a derrota (1848)?

Observando mais detalhadamente o texto de Engels, parece haver uma confirmação das suposições levantadas acima:

na época (em 1848) o panorama refletia os *numerosos e obscuros evangelhos das seitas*; hoje *só* a teoria de Marx é universalmente reconhecida, com clareza absoluta, formulando com precisão os objetivos finais da luta [...] (apud Machado, 1989, p. 237, grifos meus).

Se na época (1848) o panorama refletia aquele amplo leque político-ideológico (utópico) e hoje *só* a teoria de Marx é universalmente reconhecida, não seria a “Mensagem...”, onde se encontra a chamada fórmula da revolução permanente, parte integrante dessa mesma teoria?

O que é que Engels está discutindo, exatamente, em sua “Introdução”? Parece que ele analisa tanto os limites das condições objetivas quanto os das condições subjetivas durante os acontecimentos da revolução de 1848 e não as propostas elaboradas por ele e por Marx na “Mensagem...”, a chamada fórmula da revolução permanente. Se isso é verdade, como pode sua Introdução ser utilizada, da forma com que faz Machado, como indicação da “mudança da estratégia política, de passagem da chamada guerra de movimento (fórmula da revolução permanente) para a guerra de posição” (Machado, 1989, p. 238)? Não seria a identidade encontrada por Machado entre o comentário de Engels de que o proletariado deveria travar uma luta de *posição em posição* e a guerra de *posição*, um mero jogo de palavras?

Se temos até aqui, a respeito dessa intrincada questão, mais perguntas que respostas, todavia, por outro lado podemos fazer algumas afirmações com mais segurança. Sabemos que o final do século XIX e início do século XX, época da II Internacional, foi um período de intensas transformações. É o momento da consolidação da burguesia, na medida em que consegue derrotar as duas grandes classes que lhe são antagônicas: aquela que está às suas costas, resquício do feudalismo, através das revoluções burguesas e das unificações da Alemanha e Itália, e aquela que está à sua frente, o proletariado, através do massacre à Comuna de Paris em 1871. É o período do advento do capitalismo financeiro e monopolista, ou seja, do Imperialismo, quando a burguesia estende seus tentáculos por todos os cantos do mundo, universalizando o poder do capital. É óbvio que essas modificações iriam interferir no movimento operário provocando intensas discussões no seio da II Internacional acerca das novas táticas adequadas àquela nova situação. Engels, apesar de estar no final de sua vida, não poderia se furtar de participar dessa discussão. Sua “Introdução” foi escrita nesse contexto e tem por objetivo analisar a nova realidade que estava se gestando e a partir daí levantar propostas de novas táticas a serem utilizadas pelo proletariado. Essa questão foi analisada, entre outros, por Hobsbawn (1987) em seu texto “Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo”. Embora

Machado tenha se utilizado de citações deste texto, não fica claro que uma das posições que o autor defende é que Engels participou do primeiro momento da discussão e que, por se tratar de uma nova situação histórica sem qualquer precedente para o novo tipo de partidos socialistas de massa, ele tentou elaborar uma espécie de esboço de novas propostas táticas, e justamente porque as questões estavam pouco claras⁶, jamais percebeu suas implicações.

Os debates e controvérsias entre os socialistas na época da Segunda Internacional refletem os problemas decorrentes de tais transformações. Engels participou apenas da primeira fase da discussão; após a sua morte é que ela se tornaria mais áspera. Pode-se afirmar que ele jamais conseguiu perceber inteiramente as possíveis implicações do novo estado de coisas. Suas opiniões, todavia, foram naturalmente pertinentes e contribuíram para dar forma àquelas implicações, tornando-se em seguida objeto de um intenso debate, exatamente pela impossibilidade de identificá-lo com uma ou outra das diversas tendências (Hobsbawn, 1987, p. 323).

Logo em seguida, o autor explicita as implicações das novas táticas que estavam se gestando:

Não há razão para supor que Engels tenha jamais estado em desacordo com a ideia formulada então por Marx, segundo a qual “nenhum grande movimento nasceu sem derramamento de sangue”. É evidente que Engels não pensava em ter abandonado a revolução, mas simplesmente em ter-lhe adaptado a estratégia e a tática a uma situação distinta, tal como ele e Marx tinham feito por toda vida. Sua análise foi posta em discussão com a descoberta de que o desenvolvimento dos partidos social-democratas de massa *não levava a um confronto*, mas a uma forma de *integração do movimento no sistema existente*. Se alguma crítica ele merece, é

⁶ Sobre a falta de clareza, Hobsbawn cita um breve comentário de Engels: “qual poderá ser a consequência de tudo isso, a não ser que, de repente, no momento da decisão, o partido não saberá o que fazer? As questões decisivas são pouco claras e incertas porque jamais foram discutidas” (apud Hobsbawn, 1987, p. 326).

por ter subestimado essa possibilidade (Hobsbawn, 1987, p. 325, grifos meus).

De fato, apesar de Engels não ter vivido para ver, as novas propostas surgidas na época dos partidos operários de massa traziam no seu bojo um risco altíssimo de se transformarem em táticas reformistas. Não foi por acaso que o grande debate ocorrido no 2º Congresso do Partido operário social-democrata russo em 1903 foi quanto às táticas e à forma do partido. As teses assumidas no semanário “Iskra”, surgido em 1900, e no *Que fazer?* (Lênin, 1982b, v. 1) serviram para fundamentar as posições de Lênin no ano seguinte, no Congresso, em defesa de um partido próprio da classe operária, com um programa independente, partido este de vanguarda (legal e secreto), de quadros revolucionários, cuja função seria, de posse da análise da realidade (via método), formular a teoria revolucionária com o intuito de dirigir o proletariado. Martov e a maioria do partido defendiam uma organização nos moldes da social-democracia europeia, de massas. Não foi sem razão que os bolcheviques (Lênin, etc.) conduziram o proletariado à revolução vitoriosa de outubro de 1917, e os Mencheviques (Martov, etc.) se transformaram em revisionistas, reformistas e oportunistas. Aliás, não foi por acaso que grande parte da II Internacional (os partidos de massa) se transformou na “Internacional Reformista”.

O que podemos concluir dessa breve discussão é que a suposição segundo a qual aquela posição pouco clara e com enormes riscos de desaguar no reformismo tenha sido o nascedouro da futura concepção estratégica de Gramsci é, na melhor das hipóteses, deveras problemática. Caso contrário, teríamos de admitir que o embrião da concepção gramsciana contenha em si a “contaminação do vírus do reformismo”.

Marxistas e marxistas

Depois de ter feito alguns esclarecimentos necessários, voltemos à nossa questão original, que é a de saber qual a diferença entre a fórmula da “revolução permanente” e a da “hegemonia civil”. Apesar da questão da diferença entre as duas formulações ter sido o nosso ponto

de partida, o desenrolar das discussões desvelou-nos identidades e não distinções. Afirmamos que tanto para uma quanto para a outra a revolução se coloca como necessidade, que ela pressupõe um processo, ou seja, mediações, numa relação dialética, de tal maneira que a revolução seja o objetivo estratégico e que, por exemplo, a luta por reformas não seja mero instrumento, mas seja utilizada de modo que, de fato, conduza ao seu objetivo estratégico, a revolução.

Sem dúvida, Gramsci não põe em discussão a tomada do poder, pois esta era para ele (como para qualquer marxista) a razão de toda sua construção teórica e de sua militância política. Para que não reste nenhuma dúvida a esse respeito, vejamos o que ele escreve num de seus artigos no *L'Ordine Nuovo*, intitulado “A conquista do Estado”:

Estamos persuadidos, depois das experiências revolucionárias da Rússia, da Hungria e da Alemanha, que o Estado socialista não pode incarnar-se nas instituições do Estado capitalista, mas é uma criação fundamentalmente nova em relação a estas, se o não é em relação à história do proletariado. As instituições do Estado capitalista são organizadas com o fim da livre concorrência; não basta mudar o pessoal para endereçar noutro sentido a sua atividade. O Estado socialista não é ainda o comunismo, isto é, a instauração de uma prática e de um costume econômico de solidariedade, mas é o Estado de transição que tem a função de suprimir a concorrência com a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais. Esta função não pode ser atuada pela democracia parlamentar. A fórmula “conquista do Estado” deve ser entendida neste sentido: criação de um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, em substituição do Estado democrático-parlamentar (Gramsci, 1976a, p. 357).⁷

⁷ Valeria a pena investigar-se a seguinte hipótese: até que ponto os “neo”reformistas ou “neo”revisionistas não utilizaram os textos de Gramsci, durante os anos 1980 e 1990, para tentar justificar suas posições, de forma semelhante àquela que os reformistas ou revisionistas do final do século XIX e início do século seguinte utilizaram aquele texto de Engels, já referido anteriormente, para justificar suas posições? Se isto é verdade, parece que o acerto de uma célebre afirmação de Marx mais uma vez se faz

Posto isto, temos de indagar o seguinte: o que é, então, que determina a diferença entre as duas fórmulas estratégicas? Diferentes realidades, é a resposta. Marx/Engels e Gramsci tentam formular estratégias para realidades concretas distintas, o que resulta necessariamente em fórmulas estratégicas diferentes, pois estas estão em função daquelas, e só podem ser elaboradas a partir da análise profunda da realidade particular que se pretende transformar. Poderíamos dizer que a possibilidade de acerto da formulação estratégica é tanto maior quanto maior for a compreensão da realidade, ou seja, quanto maior for a aproximação do concreto pensado com o real, o que pressupõe, evidentemente, um método de apreensão de tal realidade. Claro que esse método não tem sido outro senão o dialético-materialista.

O que percebemos, portanto, é que existem entre a fórmula da “revolução permanente” e a da “hegemonia civil”, e também entre qualquer “fórmula revolucionária”, identidades e diferenças, “universalidades” e “particularidades”. A necessidade da ruptura, o método, as categorias e leis fundamentais do movimento objetivo do real, etc. numa palavra, a filosofia da práxis, ou, se se quiser, o materialismo dialético, constitui aquilo que é “universal”, para todo e qualquer marxista e para a análise de toda e qualquer realidade capitalista. A formulação estratégica é sempre “particular”, pois é própria de uma realidade capitalista particular. Se a primeira é o ponto de partida, é dado indiscutível e *apriorístico*, a segunda é o ponto de chegada, tem de ser construída a partir da análise da realidade particular; é, portanto, formulação *a posteriori*. Jamais uma formulação estratégica (de uma dada realidade) pode ser utilizada, *a priori*, em outra realidade particular.

No entanto, foi justamente esse um dos grandes equívocos cometidos pela III Internacional. Embora tenha nascido como rompimento com a II Internacional que, em grande parte, havia dogmatizado o marxismo e adotado uma postura política reformista e oportunista, a III Internacional, no final dos anos 1920, por razões e vias diferentes de sua antecessora, acaba também por dogmatizar o marxismo.

presente: “todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes [...]: a primeira como tragédia, a segunda como farsa” (Marx, s. d., v. 1, p. 203).

As causas desse fenômeno são complexas e não cabe nos limites desse trabalho discuti-las. O que importa ressaltar é que o “modelo petrogrado”, ou seja, a fórmula estratégica implementada vitoriosamente na revolução russa de outubro de 1917 pelos bolcheviques adquiriu um caráter “universal” e foi, de certa forma, imposta aos partidos que compunham aquela Associação Internacional dos Trabalhadores, para ser aplicada em seus países. Em outras palavras: com o intuito de afirmar e reafirmar o marxismo, a III Internacional o fez conservando e “universalizando” o modelo petrogrado. “Universalizou” a formulação estratégica e exatamente por causa disso “sacrificou” o marxismo.

Gramsci, evidentemente, não poderia ficar à parte de tal situação. Dentre os múltiplos diálogos que estabeleceu durante seus anos de cárcere (com o liberalismo, com o fascismo, etc.), há no “campo do socialismo”, entre outras, três interlocuções básicas: com as II e III Internacionais e com Lênin. O marxista italiano foi, provavelmente, um dos baluartes que, naquela época, levantou sua voz contra o processo de dogmatização do marxismo no interior da III Internacional, expresso na “universalização” e “exportação” do “modelo petrogrado”.

Além de Gramsci, outros marxistas questionaram e se indispuseram com a III Internacional⁸. Talvez o caso mais típico tenha sido o de Mao Tsé-Tung, o grande “timoneiro” da revolução chinesa. Depois de duas derrotas (1930 e 1933) no processo revolucionário dirigido pelo partido comunista da China sob influência da III Internacional, sendo que a última sob direção dos chamados “28 bolcheviques”⁹, Mao Tsé-Tung se afirma como o principal dirigente na medida em que questiona a eficácia do modelo imposto pela Internacional à China. Para ele, a formulação estratégica da China deveria ser extraída da análise da realidade chinesa. Por isso, em um de seus escritos mais conhecidos, “Problemas estratégicos da guerra revolucionária” (Tsé-Tung, 1982),

⁸ Entre os vários está Karl Korsch, que com seu livro *Marxismo e filosofia* (1977), escrito em 1923, apesar de fazer uma crítica contundente à II Internacional, acaba atingindo a III Internacional.

⁹ Os “28 bolcheviques” (como foram denominados) eram “quadros jovens recém chegados da União Soviética, formados em Moscou e partidários incondicionais das diretivas da Internacional Comunista (I.C.)” (Reis Filho, 1982, p. 63).

redigido em 1936, ele traça, em poucos parágrafos, um panorama das principais características da realidade chinesa e extrai daí a estratégia mais adequada para a guerra revolucionária na China.

As quatro características principais da guerra revolucionária na China são, pois, um vasto país semicolonial com desenvolvimento político e econômico desigual que passou por uma grande revolução; um inimigo grande e poderoso; um Exército Vermelho pequeno e fraco; uma revolução agrária. Estas características determinam as diretrizes da guerra revolucionária na China, assim como seus numerosos princípios estratégicos e táticos. A primeira e a quarta características dão ao Exército Vermelho da China a possibilidade de crescer e derrotar seu inimigo. A segunda e a terceira características determinam a impossibilidade de o Exército Vermelho crescer muito e derrotar rapidamente seu inimigo. Isto quer dizer que a guerra será prolongada e, inclusive, poderá fracassar se não for corretamente dirigida.

Estes são dois aspectos da guerra revolucionária na China. Eles existem simultaneamente, isto é, a par com as condições favoráveis existem também grandes dificuldades. Esta é a lei fundamental da guerra revolucionária na China, da qual decorrem muitas outras leis particulares. A história de nossos dez anos demonstra a validade desta lei. Quem tenha olhos para ver e não consiga enxergar esta lei fundamental não pode dirigir a guerra revolucionária na China nem conduzir o Exército Vermelho à vitória (Tsé-Tung, 1982, p. 151)¹⁰.

Da mesma forma, Gramsci começa a se preocupar em entender as particularidades da conformação do capitalismo na Itália, na tentativa de elaborar, a partir daí, uma proposta estratégica. Talvez o texto

¹⁰ Parece que Mao Tsé-Tung aprendeu bem o velho provérbio chinês de Suan Tzu (500 a.C.): “Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha, sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo, nem a si mesmo, perderá todas as batalhas”.

que representou o marco inicial dessa preocupação tenha sido “Alguns temas da questão meridional” (Gramsci, 1976b, v. 4), escrito em 1926 e que ficou inacabado em virtude de sua prisão.

Pois bem, se Gramsci, tal como Mao Tsé-Tung e outros, questiona aquele processo de dogmatização do marxismo no interior da III Internacional, isso não significa, em hipótese alguma, uma volta ao paradigma da II Internacional com seus partidos reformistas de massa. A concepção gramsciana representa uma ruptura não só com a III Internacional, mas principalmente com a II Internacional. Sua saída do Partido Socialista, que caminhava rumo a posições reformistas, para fundar o Partido Comunista da Itália, em 1921 é expressão de sua ruptura incondicional com esta última.

Se para Gramsci a II e a III Internacionais distorcem o marxismo, quem é para ele, naquele momento, o “farol” da filosofia da práxis? É Lênin. Desde a vitória da revolução bolchevique na Rússia, Gramsci se transforma num fervoroso “leninista”. Seus escritos políticos do final da década de 1910 e início da década de 1920, especialmente os artigos no *L'Ordine Nuovo*, evidenciam a grande influência exercida pelo líder bolchevique, de tal maneira que, imbuído no clima de entusiasmo por causa da vitória histórica do proletariado russo, Gramsci se empenha na luta pela “repetição” na Itália, de forma semelhante, da façanha ocorrida na Rússia. Apesar das derrotas das revoluções proletárias no início dos anos 1920, inclusive na Itália, Gramsci continua sendo leninista, ou melhor, marxista, e exatamente por isso deixa de ser “leninista”. Em outras palavras: Gramsci, como também outros marxistas, vai descobrindo que a fórmula estratégica utilizada por Lênin na Rússia não pode ser simplesmente repetida em outra realidade, e que no contexto da Itália do início dos anos 1930, com a derrota do proletariado e o ascenso do fascismo, o projeto revolucionário deve ser necessariamente diferente daquele. Ora, os “Cadernos do cárcere” constituem a tentativa de apreender, via método dialético-materialista, aquela determinada realidade italiana, e quiçá europeia, para daí formular as estratégias, que certamente vão ser diferentes daquelas propostas por Marx/Engels e Lênin. Por isso Gramsci se “diferencia” de Marx/Engels e Lênin, e exatamente por se “diferenciar” deles é que

os afirma e reafirma, uma vez que a afirmação do marxismo implica a elaboração e implementação de estratégias revolucionárias distintas, derivadas de diferentes realidades histórico-concretas.

As realidades concretas e as formulações estratégicas

Em toda sua análise, Machado tem como pressuposto a inexequibilidade da “fórmula da revolução permanente” e, por isso, omite que foi justamente esta a estratégia utilizada na vitoriosa revolução russa de outubro de 1917. A revolução bolchevique foi a grande expressão da realização da “fórmula da revolução permanente” e se, segundo Gramsci, Lênin compreendeu que no Ocidente houve uma modificação da guerra manobrada para a guerra de posição, o próprio Gramsci reconhece que a guerra manobrada foi vitoriosa no Oriente (cf. Gramsci, 1984, p. 74).

É claro que não se pode afirmar que a revolução russa tenha sido a mera aplicação *apriorística* da “fórmula da revolução permanente”. Lênin e outros marxistas russos empreenderam uma profunda análise, utilizando-se do método marxista¹¹, do desenvolvimento do capitalismo na Rússia para daí extrair a formulação estratégica, que manteve a mesma “espinha dorsal” do projeto elaborado por Marx e Engels na “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. O volume imenso de obras produzidas pelos bolcheviques, especialmente por Lênin, é prova da preocupação sempre presente de analisar a realidade russa no contexto das relações capitalistas de produção no plano mundial. Do ponto de vista econômico, um de seus livros é *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (Lênin, 1982a) escrito na segunda metade dos anos 90 do século XIX. A esse respeito, comenta Netto, na “Introdução” daquela obra, que

¹¹ Há de se levar em conta a penetração facilitada na Rússia das obras de Marx devido a um “cochilo” da censura czarista. Para Konder, a Rússia “foi um dos países onde as ideias de Marx começaram a penetrar mais cedo e com maior rapidez. *O manifesto comunista*, em tradução de Bakunin, tivera boa repercussão. E o 1o. volume d’ *O capital*, lançado em 1872 em tradução russa (autorizada pela censura czarista em virtude de ser um volume muito grosso), vendera mais de 900 exemplares em menos de dois meses” (Konder, 1983, p. 176).

a reflexão teórica e a prática política de Lênin, nos anos 90 [...], devem ser tomadas como a efetivação de um projeto global integrado de apreensão da dinâmica econômico-social de uma formação histórica particular, da identificação das suas tendências mais profundas, da determinação de seu movimento (Netto, 1982, p. IX-X).

Do ponto de vista político, Lênin marca posição a respeito da questão do Estado, principalmente num momento em que essa discussão se torna premente, em 1917. Colocado numa situação histórica extremamente delicada, em que Mencheviques e Socialistas Revolucionários participavam do governo provisório juntamente com a burguesia (Kadetes), e em que também alguns bolcheviques advogavam a posição de “apoio crítico” àquele governo, Lênin, ao desembarcar na Estação Finlândia em abril de 1917, depois do exílio, defende enérgica e arduamente a posição de “nenhum apoio ao governo provisório” (Lênin, 1980, v. 2, p. 14), o que provocou certo “mal-estar” e celeuma no próprio partido bolchevique. Essa posição enfática era proveniente da visão que tinha acerca do Estado e, portanto, da estratégia mais adequada a ser utilizada para derrotar a burguesia. Polemizando com Kautsky que naquele momento histórico servia como balizador da posição “participativa” dos mencheviques, Lênin fará, em uma de suas mais importantes obras, *O Estado e a revolução* (1987), a seguinte análise:

Em Kaustky, a deformação do marxismo é muito mais sutil. “Teoricamente”, não nega que o Estado seja o órgão de dominação de uma classe, nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis; mas, omite ou obscurece o seguinte: se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, “afastando-se cada vez mais da sociedade”, é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma *revolução violenta* [grifo meu] e da *supressão* [grifo do autor] do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, “se afasta” da sociedade. Esta conclusão, teoricamente clara por si mesma, tirou-a Marx, com inteira precisão, como adiante

veremos, da análise histórica concreta dos problemas da revolução (Lênin, 1987, p. 11).

O que temos aqui, depois desta breve explanação é a seguinte questão: como explicar que, segundo Gramsci (e também Machado), “a técnica política moderna mudou completamente depois de 1848...” (Gramsci, 1984, p. 65), ou ainda que

no período *posterior a 1870*, em virtude da expansão colonial europeia, todos esses elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e maciças, e a fórmula jacobino-revolucionária da ‘revolução permanente’ é elaborada e superada na ciência política pela fórmula da ‘hegemonia civil’” (Gramsci, 1984, p. 92, grifo meu),

e a “fórmula da revolução permanente” não só foi exequível na Rússia, mas também e principalmente a fórmula estratégica correta para a vitória da revolução proletária russa em 1917? De duas, uma: ou a revolução russa de outubro de 1917, ao utilizar a “fórmula da revolução permanente”, não foi vitoriosa, ou a análise de Gramsci estava equivocada. Ora, como é absurdo admitir a primeira hipótese, poder-se-ia concluir que a análise empreendida por Gramsci acerca das modificações no capitalismo que “originaram o Estado moderno”, esteja equivocada. Não cremos; pois de fato Gramsci tem total razão em sua análise. Mas como explicar então aquela incoerência? É que Lênin e Gramsci estão falando de dois Estados distintos, de duas realidades capitalistas diferentes. O primeiro está se referindo à formação social russa e, portanto, ao Estado russo; e o segundo se refere às formações sociais capitalistas centrais, especialmente às europeias e, portanto, ao Estado desses países, que é o que Gramsci define como “Estado moderno”. O que existe de comum, de universal entre os dois autores é que eles são grandes “estrategistas marxistas” e, por isso, se valem de todo instrumental marxista de análise da realidade, especialmente do método marxista. Mas, se é verdade que eles analisam realidades concretas diferentes e, por conseguinte, distintas configurações de Estado,

isso implica diferentes formulações estratégicas, tanto para a burguesia, quanto para o proletariado. Se é verdade, como concluiu Gramsci, que a “fórmula da revolução permanente” era inadequada para a luta do proletariado contra a burguesia no contexto do “Estado moderno”, e ao contrário, se considerarmos que a “fórmula da hegemonia civil” se constitui como projeto estratégico quando se trata daquela configuração de Estado, pelas mesmas razões temos de admitir que, quando se trata de outras realidades e de outras configurações de Estado, pode ser que a “fórmula da hegemonia civil” não seja adequada, como foi o caso da Rússia, onde, diferentemente, mesmo no século XX, a “fórmula da revolução permanente” foi a correta. Tudo isso significa dizer que a formulação estratégica não só pode ser diferente quando se trata de sociedades capitalistas em diferentes momentos históricos (capitalismo concorrencial etc., do século XIX e capitalismo monopolista etc., do século XX), como também pode ser diferente quando se trata de diferentes formações sociais (e de Estados) numa mesma época histórica.

Esse importante e necessário esclarecimento não foi feito nas análises de Machado, embora para Gramsci estivesse claro que se tratava de realidades históricas (e, portanto, de Estados) distintas, que por decorrência exigiam formulações estratégicas diferentes. Depois de explicar as modificações que ocorreram no sistema capitalista que provocaram a necessidade de modificação da “revolução permanente/ guerra de movimento” para a “fórmula de hegemonia civil/guerra de posição”, Gramsci deixa claro que

a questão relaciona-se com o *Estado moderno*, não com os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram formas que nos outros já foram superadas e se tornaram anacrônicas (Gramsci, 1984, p. 92, grifo meu).

Em outra passagem, Gramsci reafirma:

A mesma redução deve-se verificar na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos *Estados mais avançados*, onde a “sociedade civil” transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catas-

tróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna (Gramsci, 1984, p. 73, grifo meu).

Em outro trecho, Gramsci é ainda mais esclarecedor:

No *Oriente*, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no *Ocidente*, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional (Gramsci, 1984, p. 75, grifos meus).

Na compreensão do texto é possível detectar que Gramsci fala de “Oriente” ao se referir à Rússia, e “Ocidente” ao se referir aos países capitalistas centrais europeus. Fica claro, portanto que a Rússia não pertencia à categoria de “Estado moderno”. Ora, se na Rússia “o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa”, pode-se compreender perfeitamente porque a “fórmula de hegemonia civil” seria totalmente inadequada, e também porque a “fórmula da revolução permanente” tenha sido vitoriosa.

Portanto, o que podemos deduzir dessa análise é que a formulação estratégica é sempre uma resposta histórica a uma realidade histórica. Por isso, a “fórmula da revolução permanente” foi elaborada como resposta histórica àquela realidade concreta analisada por Marx e Engels, assim como o “modelo Petrogrado”, expressão da realização da “fórmula da revolução permanente”, foi a resposta histórica (vitoriosa) à realidade russa, da mesma forma que a “fórmula da hegemonia civil” foi elaborada como resposta histórica àquela realidade concreta estudada por Gramsci.

Dessa maneira, a formulação estratégica a ser utilizada pelo proletariado em sua luta contra a burguesia é relativa a determinadas rea-

lidades históricas e, portanto, a determinadas configurações de Estado. A “fórmula da hegemonia civil” preconizada por Gramsci foi “extraída” da análise que ele fez da realidade dos países capitalistas centrais da Europa, ou seja, do “Estado moderno”, fruto das transformações ocorridas no próprio capitalismo e, que, portanto, só pode ser relativa àquela realidade. Por isso, ele indica a necessidade de mudança estratégica, pois a realidade por ele analisada, cujo intuito era o de elaborar o projeto revolucionário do proletariado, era diferente das realidades investigadas por Marx, Engels e Lênin.

Acontece que a realidade do capitalismo hoje é distinta daquela da época de Gramsci, especialmente quando pensamos na conformação do capitalismo na periferia do sistema. Isso coloca, portanto, a necessidade de se repensar a formulação estratégica para o proletariado hoje, na mesma medida em que Gramsci apontava a necessidade de mudança da estratégia ao tratar daquela determinada realidade que estava analisando. Se a “fórmula da revolução permanente” era uma resposta histórica àquela dada realidade histórica analisada por Marx e Engels, sendo a revolução Russa a expressão de sua realização e ao mesmo tempo de seu esgotamento; e se a “fórmula da hegemonia civil” era, de uma só vez, superação da fórmula anterior e resposta histórica àquela determinada realidade analisada por Gramsci, fruto das modificações ocorridas no próprio capitalismo; então o proletariado hoje deve elaborar a sua fórmula estratégica como resposta histórica à esta realidade concreta atual, fruto do desenvolvimento contraditório do capitalismo.

Por essa razão, seria um equívoco se o proletariado, atualmente, utilizasse como estratégia a “fórmula da hegemonia civil”. Esse equívoco está na mesma dimensão de gravidade do erro, tão enfaticamente denunciado por Gramsci, e também por Machado, de o proletariado utilizar como estratégia no “Estado moderno” a “fórmula da revolução permanente”. Foi justamente esse equívoco que Machado cometeu em sua análise. Se por um lado, ela afirma a necessidade de mudança da estratégia, da “fórmula da revolução permanente” para a “fórmula da hegemonia civil”, dando um sentido de concretude à “fórmula da revolução permanente” e apontando sua superação por causa das modifica-

ções ocorridas no capitalismo, por outro, acaba por abstrair a “fórmula da hegemonia civil”, tirando seu caráter histórico-concreto e dando-lhe um sentido “genérico”, a-histórico. Daí resulta que, em sua análise, a “fórmula da revolução permanente” seja apresentada como transitória e “particular”, e a “fórmula da hegemonia civil” como permanente e “universal”, válida, inclusive, para a atual realidade capitalista.

A ESCOLA E A FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA

Posto isto, podemos recolocar a questão da escola. Vimos que a discussão que Gramsci desenvolve acerca da questão cultural e, portanto, escolar, está relacionada com a análise daquela determinada realidade e com a respectiva elaboração estratégica para o proletariado, ou seja, com a “fórmula da hegemonia civil”. Em outras palavras: sua concepção de escola e, daí, sua proposta de escola estão inseridas naquele determinado contexto e obedecem à lógica daquela fórmula estratégica. Se a aplicação da “fórmula da hegemonia civil” se constitui num equívoco em se tratando da realidade atual, pelas razões já apontadas, então, pelas mesmas razões, seria um equívoco a tentativa de aplicação das propostas de Gramsci a respeito da escola nesta determinada realidade.

Isso tudo significa dizer que, se a função da escola deve estar articulada à formulação estratégica de transformação de uma dada realidade, e esta por sua vez deve ser determinada pela análise (utilizando-se do método dialético materialista) da realidade que se pretende transformar, então, em última instância, a função da escola deve ser determinada pela análise daquela realidade concreta. Eis aqui o grande problema. Quando se trata do capitalismo atual, particularmente dos países da periferia do sistema, como é o caso do Brasil, não se pode supor, ou se dizer, “a priori”, que a escola deva cumprir aquelas tarefas reservadas ao caso do “Estado moderno”, exatamente porque não se pode afirmar, “a priori”, que a “fórmula da hegemonia civil” seja, atualmente, a fórmula estratégica mais adequada para o proletariado. Isso só pode ser definido “a posteriori”, ou seja, somente depois de uma investigação dessa realidade.

A conclusão que podemos tirar de nossa investigação é a seguinte: se é verdade que a função da escola, inserida numa proposta escolar que atenda aos interesses dos trabalhadores está relacionada com a fórmula estratégica do proletariado, e esta só pode ser uma resposta histórica a uma realidade concreta, então temos de admitir que as propostas de escola para a sociedade contemporânea não podem ser pensadas tendo como paradigma a concepção e as propostas gramscianas de escola, mas têm de ser pensadas no contexto desta realidade, articuladas com a fórmula estratégica de transformação desta determinada realidade.

EDUCAÇÃO, ESCOLA E ESTRATÉGIA PROLETÁRIA

Concluimos no capítulo anterior que, em se tratando da atualidade, a análise da escola e, por decorrência, a proposta de escola não podem ser pensadas tendo como paradigma a concepção gramsciana de escola, mas devem ser pensadas no contexto da realidade atual, relacionadas com a fórmula estratégica de transformação desta determinada realidade.

Não se pode inferir daí, todavia, que, no caso do capitalismo contemporâneo, a escola não tenha nenhum papel a desempenhar na luta do proletariado e nem que não possa vir a contribuir no processo de construção da hegemonia proletária. O que afirmamos foi que a discussão a respeito da escola, hoje, não pode ser feita tendo como pressuposto a fórmula estratégica gramsciana da “hegemonia civil”, pois, como foi demonstrado, tal fórmula foi esboçada por Gramsci a partir de uma determinada realidade histórica, e tendo em vista a transformação revolucionária daquela realidade, que não é, evidentemente, a realidade atual.

Acontece que a categoria de hegemonia não é “propriedade exclusiva” da “fórmula da hegemonia civil”. Não se pode negar que, em Gramsci, ela recebe um tratamento especial, transformando-se, talvez, na principal categoria de seu corpo teórico-político. Entretanto, o tema da hegemonia esteve presente ao longo das discussões de diversos marxistas, inclusive nas de Lênin, que, como sabemos, foi um dos responsáveis pela elaboração e implementação de uma fórmula estratégica diferente da “fórmula da hegemonia civil”. Aliás, a categoria gramsciana de hegemonia foi construída como continuação e desenvolvimento daquela que estava presente em Lênin.

Podemos afirmar que, na tradição marxista, o conceito de hegemonia adquiriu diversos sentidos, o que dificulta sobremaneira a sua definição. É possível, entretanto, detectar, em linhas gerais, dois significados principais, diametralmente opostos: o de “domínio”, conforme, por exemplo, o uso de “hegemonismo” por Mao Tsé-Tung e o de “liderança”. O segundo significado é mais comum na tradição marxista, ou seja, aquele que identifica hegemonia com liderança, direção, o que pressupõe certo grau de consentimento. Por essa razão, utilizaremos o conceito de hegemonia com esta última significação.

Nesse sentido, a construção da hegemonia proletária torna-se a preocupação fundamental dos marxistas e, portanto, das diferentes formulações estratégicas, seja da “fórmula da revolução permanente”, seja da “fórmula da hegemonia civil”, ou de qualquer outra fórmula estratégica do proletariado. Se, como vimos, na concepção de hegemonia está implícita uma noção de consentimento, ou melhor, uma adesão consciente ao projeto de classe, isto implica necessariamente a elaboração de um projeto, o que pressupõe um conhecimento profundo da realidade particular que se pretende transformar. Tal conhecimento da realidade, por sua vez, tem como pressuposto a apreensão do conhecimento já sistematizado e acumulado historicamente. Não foi por outra razão que Marx e Engels, bem como Lênin, Gramsci, e outros marxistas, sempre colocaram num lugar de destaque a necessidade de apreensão daquele conhecimento como arma imprescindível para o proletariado em sua luta contra a burguesia. Suas próprias vidas, sua produção teórica e os embates ferrenhos que travaram contra a ignorância e o espontaneísmo no interior do movimento operário são prova indiscutível disso.

Também é por essa razão que parece existir certo consenso entre aqueles que têm estudado a questão da educação sob a perspectiva do proletariado, de que a função da escola, entre outras, é a transmissão do conhecimento sistematizado, acumulado historicamente. No entanto, se isso é verdade, é necessário ir além da constatação da necessidade da transmissão de um genérico e indefinido “conhecimento sistematizado”. É preciso saber exatamente que conteúdos são fundamentais, ou melhor, imprescindíveis como instrumento de luta do proletariado. Esta questão não é nova e nem “tranquila”; ao contrário, é controversa

e esteve presente no seio do movimento operário internacional, desde o século XIX até hoje. Lênin foi um dos que mais polemizou a respeito da questão. Contra algumas posições que começavam a germinar no interior da II Internacional, segundo as quais a revolução seria fruto do desenvolvimento natural das contradições da realidade objetiva (capitalista), anulando, ou pelo menos, minimizando o papel do elemento consciente e, portanto, da teoria na tarefa revolucionária, Lênin levanta sua voz, especialmente no *Que fazer?*, e defende, vigorosamente, que “sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário” (Lênin, 1982b, p. 96-97). Mais que isso, Lênin argumenta, o que causou e tem causado até hoje enorme controvérsia, que essa teoria revolucionária não brota e não pode brotar da atividade espontânea das massas. Para ele, a teoria revolucionária

só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista (sindicalista), quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. (Lênin, 1982b, p. 101).

Essa teoria revolucionária é fruto, portanto, de uma elaboração que supera o senso comum e a consciência imediata (sindicalista). No entanto, Lênin adverte, e deixa claro que

isto não significa, naturalmente, que os operários não participem nessa elaboração. Mas não participam como operários, participam como teóricos do socialismo, como os Proudhon e os Weitling; noutros termos, só participam no momento e na medida em que consigam dominar, em maior ou menor grau, a ciência da sua época e fazê-la progredir. E para que os operários o *consigam com maior frequência* é preciso esforçar-se o mais possível por elevar o nível de consciência dos operários em geral; é preciso que os operários não se confinem ao quadro artificialmente restrito da “*literatura para operários*”, mas aprendam a assimilar cada vez mais a *literatura geral*. Seria mesmo mais justo di-

zer, em vez de “não se confinem”, “não sejam confinados”, porque os próprios operários leem e querem ler tudo quanto se escreve também para os intelectuais, e só alguns (maus) intelectuais pensam que “para os operários” basta falar das condições nas fábricas e repisar aquilo que já sabem há muito tempo (Lênin, 1982b, p. 107, grifos do autor).

Se o objetivo histórico do proletariado é a transformação revolucionária da sociedade burguesa, então o conhecimento é imprescindível, pois só se pode transformar aquilo do qual melhor e mais profundamente se conhece. Para transformar essa sociedade, o proletariado tem de conhecê-la cientificamente, isto é, conhecer suas partes ou elementos mais íntimos e suas conexões dentro do movimento histórico. É justamente esse conhecimento científico da realidade que fundamenta o projeto do socialismo científico, diferentemente do socialismo utópico, conforme demonstrou Engels num de seus textos, *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (Engels, s. d., v. 2).

Dessa forma, a superação do senso comum em direção ao conhecimento científico da realidade é condição *sine qua non*, para o processo revolucionário. Para Lowy,

o proletariado não pode tomar o poder, transformar a sociedade e construir o socialismo senão por uma série de ações deliberadas e conscientes. O conhecimento objetivo da realidade, da estrutura econômica e social, da relação de forças e da conjuntura política é, portanto, uma condição necessária de sua prática revolucionária; em outras palavras: a verdade é uma arma de seu combate, que corresponde a seu interesse de classe e sem a qual não pode prosseguir. Como escrevia Gramsci no lema de seu jornal *Ordine Nuovo*, “somente a verdade é revolucionária” (Lowy, 1987, p. 200).

Gramsci (1986, p. 20) reafirma:

a filosofia da praxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se

ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.

Dando sequência à discussão, Löwy introduz o conceito de “sociologia diferencial do conhecimento”. Ao criticar a concepção positivista, ou melhor, “o mito positivista de uma ciência da sociedade livre de julgamentos de valor e ideologicamente neutra”, ele deduz que há necessidade de procurar “outra noção para a construção de um modelo de objetividade científico-social.” (Lowy, 1987, p. 196). Para ele,

isto não é possível senão partindo de certas ideias do historicismo e do marxismo (historicista), e especialmente integrado nele o momento relativista (histórico e social) da sociologia do conhecimento como etapa necessária para uma nova concepção do conhecimento objetivo (Lowy, 1987, p. 196).

Esse “momento relativista” significa, para o autor, que

todo conhecimento da sociedade, da economia, da história, da cultura é relativo a uma certa *perspectiva*, orientada por uma certa visão social de mundo, vinculada ao ponto de vista de uma classe social em um momento histórico determinado (Lowy, 1987, p. 196, grifo do autor).

Por outro lado,

é forçoso reconhecer que certos pontos de vista são relativamente mais favoráveis à verdade objetiva que outros, que certas perspectivas de classe permitem um grau relativamente superior de conhecimento que outras. Não se trata de opor de forma mecânica e maniqueísta a verdade e o erro (ou “a ciência” e “a ideologia”), mas estabelecer uma hierarquia entre os diferentes pontos de vista, uma sociologia diferencial do conhecimento (Lowy, 1987, p. 196).

Assim, a questão crucial que se coloca é saber “qual o ponto de vista de classe e a visão social de mundo epistemologicamente privilegiados, isto é, relativamente mais propícios ao conhecimento científico da realidade” (Lowy, 1987, p. 196). Depois de longas e fundamentadas discussões, o autor conclui que aquele ponto de vista privilegiado é o do proletariado, e não o da burguesia, por se tratar da “última classe revolucionária”. Para ilustrar, o autor se vale de uma metáfora: a do observatório, ou mirante.

Mais um “mirante”, ou “observatório” (isto é, um ponto de vista de classe) é elevado, mais ele permite ampliar o horizonte e perceber a paisagem em toda sua extensão [...] Em nossa hipótese, o observatório mais alto é o ponto de vista do proletariado [...]; os mirantes situados em níveis inferiores correspondem aos pontos de vistas das outras classes ou frações de classe, que se distinguem não somente pelas diferenças de altura mas também às vezes pelas diversidades de posições sobre uma mesma plataforma: a mesma paisagem pode ser assim percebida sob ângulos distintos e complementares (é por exemplo o caso de Ricardo e Sismondi que examinamos antes). Existe, enfim, uma parte da paisagem que é visível de todas as alturas: é a “zona de consenso” entre os diversos pontos de vista, geralmente limitado ao nível mais imediato, mais “terra-a-terra” do conhecimento (Lowy, 1987, p. 203).

No entanto, o autor adverte:

Quanto a nós, pensamos que o ponto de vista potencialmente mais crítico e mais subversivo é o da última classe revolucionária, o proletariado. Mas não há dúvida de que o ponto de vista proletário não é de forma alguma uma garantia suficiente do conhecimento da verdade social: é somente o que oferece a maior possibilidade objetiva de acesso à verdade. E isso porque a verdade é para o proletariado uma arma indispensável à sua autoemancipação (Lowy, 1987, p. 208).

Como vimos na metáfora utilizada por Lowy, o patamar inferior

corresponde ao ponto de vista dado pelo senso comum. Para que o proletariado supere esse patamar, é necessário um método. Mas ele pode cair, dependendo do método utilizado, no patamar do ponto de vista da burguesia, que embora mais elevado, e com maiores possibilidades de conhecimento da realidade, tem os limites que, concreta e historicamente, não podem ser superados. A burguesia precisa conhecer cientificamente a realidade; a ciência lhe é imprescindível, pois somente com o instrumental fornecido por ela, a burguesia tem maiores possibilidades de dominar a natureza em seu benefício, ou seja, em função da acumulação de capital, e de seu objetivo de tentar a perpetuação de sua sociedade. Mas a ciência produzida sob seu ponto de vista tem de ser desistoricizada, tem de negar a história, ou melhor, o movimento por contradição, pois se assim não fosse ela teria de admitir sua morte enquanto classe. Esse, portanto, é o limite da ciência produzida sob o ponto de vista burguês. O proletariado deve galgar um patamar superior ao da burguesia, superando seu ponto de vista; e superar significa não só incorporar a ciência produzida sob o ponto de vista burguês, mas ao mesmo tempo, e principalmente, ir além. O proletariado tem necessidade de conhecer aquilo que a burguesia “não pode” conhecer, e mais que isso, conhecer os elementos mais íntimos, na sua conexão e no seu movimento contraditório.

Assim, o proletariado precisa conhecer a realidade (capitalismo) a partir do seu ponto de vista (do seu “observatório”). Esse conhecimento tem de ser constante e ininterrupto, pois a realidade não está parada, mas ao contrário, está em constante movimento; e o conhecimento dessa realidade deve necessariamente acompanhar esse movimento. No entanto, muitos e fundamentais conhecimentos já foram e têm sido produzidos (pelo método materialista dialético), e enquanto não houver uma ruptura revolucionária no movimento da realidade (capitalismo), estes conhecimentos continuam válidos e devem ser apropriados, como condição necessária para a produção de novos conhecimentos e, em última instância, como ferramenta imprescindível aos trabalhadores no processo revolucionário.

Essa é, em tese e segundo nossa compreensão, a contribuição fundamental que uma educação comprometida com os interesses dos

trabalhadores, poderia e deveria oferecer-lhes; qual seja, a transmissão/apropriação desses conhecimentos que já têm sido produzidos a partir do ponto de vista do proletariado.

Justamente porque a apreensão do conhecimento sistematizado, principalmente do conhecimento produzido sob o ponto de vista do proletariado, ou se se quiser, a elevação do nível de consciência das massas (do senso comum à filosofia da praxis), se constitui como alicerce para a construção da hegemonia proletária, é que essa tarefa se tornou um dos grandes desafios para os marxistas, quaisquer que fossem as formulações estratégicas.

Se por um lado, a preocupação de alicerçar a construção da hegemonia na elevação cultural das massas estava presente tanto na “fórmula da hegemonia civil”, como na “fórmula da revolução permanente”, por outro lado a realização de tal tarefa só podia ser relativa a cada realidade concreta e, por conseguinte, às respectivas fórmulas estratégicas. Em outras palavras: a luta pela hegemonia proletária e, por isso, a elevação do nível de consciência das massas, é uma necessidade de qualquer estratégia revolucionária. No entanto, a forma de sua realização é balizada pela formulação estratégica, e sendo esta uma resposta histórica a uma realidade concreta, então temos de admitir que a forma de construção da hegemonia proletária é sempre relativa a determinadas realidades particulares. Foi por esta razão que, embora a elevação do nível de consciência do proletariado tenha sido uma preocupação comum para Lênin e Gramsci, a discussão e encaminhamento para a realização dessa tarefa estavam inseridos nos contextos das diferentes realidades e, consequentemente, das distintas fórmulas estratégicas.

Dessa forma, em se tratando do capitalismo atual, a luta hegemônica também se torna uma necessidade premente, mas deve ser discutida no contexto dessa realidade. Por decorrência, a questão da educação e, em particular, da escola enquanto “agência de construção da hegemonia proletária” também tem de ser discutida no contexto dessa mesma realidade.

Portanto, quando se trata sociedade contemporânea, a luta hege-

mônica e a contribuição da educação e da escola nessa luta não podem ser pensadas tendo como paradigma qualquer formulação estratégica de qualquer realidade histórica, como por exemplo, a “fórmula da revolução permanente” no caso da revolução russa, ou a “fórmula da hegemonia civil” no caso do “Estado moderno”; ao contrário, devem ser pensadas no contexto do projeto revolucionário do proletariado atualmente, formulado como resposta histórica a essa realidade.

Se isso é verdade, então temos de discutir a educação e a escola na relação com a fórmula estratégica presente, o que pressupõe a sua elaboração, tal como fez Gramsci ao tratar daquela determinada realidade (Estado moderno). Contudo, não é este o objetivo do estudo aqui realizado, pois tarefa de tal magnitude exigiria uma investigação específica com a mesma dimensão de profundidade. Por outro lado, é possível apontar uma série de questionamentos que podem ser úteis como início de problematização para aqueles que queiram empreender essa tarefa. Elencaremos tais questionamentos em três blocos:

1) Como vimos no primeiro capítulo, a passagem da “fórmula da revolução permanente” para a “fórmula da hegemonia civil” apresentou muitas complicações e teve uma série de implicações, inclusive o risco de cair no reformismo.

No final do século XIX, o movimento operário aglutinado na II Internacional tomou consciência da obsolescência da “fórmula da revolução permanente”, em razão das modificações ocorridas no capitalismo, o que gerou uma situação de perplexidade e, de certa forma, impotência diante dos novos desafios, na medida em que, naquele momento, a Internacional encontrava imensas dificuldades de elaborar uma nova fórmula estratégica capaz de responder àquela nova realidade. Tal situação foi uma das grandes responsáveis pela divisão irremediável que começava a nascer no seio da II Internacional, pois esse “vazio” de fórmula estratégica se constituiu num terreno fértil para a germinação e crescimento de teses reformistas, de tal maneira que a maioria da Internacional acabou por adotá-las.

Com relação ao capitalismo atual, poderíamos levantar dois questionamentos. Primeiro: quando se faz a crítica correta da tentativa

de aplicação da “fórmula da revolução permanente”, criando assim um “vácuo” de projeto estratégico, até que ponto a proposta de substituição daquela fórmula por formulações supostamente gramscianas não encobre uma posição reformista? Segundo: se demonstramos em nosso estudo, ao tratar da realidade contemporânea, o equívoco da transposição de fórmulas estratégicas e também de propostas de escola para essa realidade, deve-se levar em consideração o “vazio” de formulações estratégicas de caráter revolucionário e a partir daí avaliar o risco de se cair em propostas reformistas, inclusive quando se referem a propostas escolares.

2) Em segundo lugar aparece o problema das condições objetivas, principalmente na periferia do sistema capitalista, onde está inserido o Brasil. Não teria a burguesia imensas dificuldades e barreiras para erigir sua hegemonia sobre a “base material” que se constitui nessa parte do sistema? Até que ponto, nessas mesmas condições objetivas, as dificuldades e barreiras para o proletariado construir sua hegemonia não são e serão muito maiores? Será que a situação de pobreza e miséria não se constitui como uma base de “areia movediça” para a edificação da hegemonia de qualquer classe? Como é possível, nessas condições, que a massa do proletariado transite da concepção do senso comum à concepção de mundo na perspectiva proletária, ou seja,

de uma concepção fragmentada, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada (Saviani, 1984, p. 10)?

Até que ponto a situação de miserabilidade não produz um determinado “caldo de cultura”, uma consciência que fica cada vez mais reduzida a uma visão mecânica, imediata, fragmentada, maniqueísta, passiva, etc. ou ainda, uma consciência que fica cada vez mais próxima e subordinada ao “estômago”?

Essas questões conduzem-nos a levantar outras, de vital importância: como se estabelece a relação entre a hegemonia proletária e a tomada do poder? O proletariado só poderá tomar o poder depois que a massa tiver realizado a transição da concepção do senso comum à

concepção da filosofia da práxis? A hegemonia proletária pressupõe que a massa do proletariado (e talvez de outras classes oprimidas ou subalternas) tenha superado o senso comum, ou melhor, tenha construído uma concepção de mundo na perspectiva do proletariado? A construção dessa “consciência proletária” pela massa dos trabalhadores é condição necessária para a tomada do poder? Se sim, como é possível empreender tal tarefa, principalmente na periferia do capitalismo? Se não, qual a natureza da hegemonia proletária que se pode construir no âmbito dessa parte do sistema? Se a tomada do poder (revolução) coloca como exigência a luta pela hegemonia, qual o caráter dessa hegemonia e quais os limites reais para a construção da hegemonia proletária no interior da sociedade burguesa atual?

3) Nesse sentido se coloca a questão da escola. Vimos que, hipoteticamente, a escola pode se tornar uma “agência” de construção da hegemonia proletária na medida em que contribui para a transmissão/apropriação do conhecimento historicamente acumulado, principalmente aquele produzido sob a perspectiva do proletariado. Antes de tudo, há de se perguntar se tal papel cabe exclusivamente às instituições formais de educação. Parece haver um consenso que não; ou seja, a escola não é a única instituição para a qual está reservada a função da transmissão do conhecimento. No entanto, é certo que seja uma delas.

Tendo essa constatação como pressuposto, a tese de que a escola possa de fato cumprir aquela função deve ser analisada levando-se em consideração tanto a condições reais da escola, com destaque para a periferia do capitalismo, quanto a própria realidade na qual está inserida. Por isso, teríamos de perguntar: até que ponto, objetivamente, a escola hoje, particularmente a brasileira, e em especial a escola pública, dada sua realidade concreta, tem condições de cumprir a tarefa da transmissão do conhecimento produzido sob o ponto de vista proletário e dessa forma contribuir para a construção da hegemonia proletária no contexto dessa realidade? Se não tem, por quê? Se tem, de que forma? Qual a dimensão das dificuldades e barreiras para que a escola, sobretudo no Brasil, cumpra (dentro da ordem capitalista) o papel de ser, entre outras, uma das “agências” de construção da hegemonia proletária? Se, como vimos, há limites

estreitos para a burguesia implantar um projeto liberal de escola única, esses limites não são e serão muito maiores para a implantação de um projeto proletário de escola única no âmbito do capitalismo, particularmente no Brasil? Como se trata de uma situação estrutural e não conjuntural, até que ponto medidas de ordem político-administrativa podem superar ou suprimir aqueles limites?

A essas questões, se agregam outras que dizem respeito à relação entre teoria revolucionária e escola. Afirmamos anteriormente, com base em Lênin, que sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário. Contudo, é necessário explicitar que uma teoria só pode ser revolucionária se for a teoria de uma estratégia revolucionária. É a teoria revolucionária que fornece as bases para a elaboração da estratégia revolucionária e, ao mesmo tempo, é alterada por esta última. Teoria revolucionária e estratégia revolucionária formam, portanto, uma unidade inseparável. Por isso, o “lugar” político de elaboração e transmissão da teoria revolucionária só pode ser o mesmo “lugar” político no qual a estratégia revolucionária é elaborada. Sendo assim, algumas indagações se impõem. Seria sustentável a defesa da ideia de que a escola na sociedade capitalista, inclusive a escola pública, seja o “lugar” de produção e transmissão da teoria revolucionária, uma vez que isso implicaria que seria ela também o “lugar” de formulação da estratégia revolucionária? A escola pública na sociedade capitalista seria uma instituição adequada para a elaboração de uma estratégia revolucionária de caráter proletário que tem como finalidade a destruição da forma social capitalista e sua superação? Quando Lênin advogava a necessidade da teoria revolucionária para o processo revolucionário, ele estava supondo que a escola pública na sociedade capitalista poderia ser o “espaço” de sua elaboração e transmissão? Ou estava supondo outro “lugar” político, talvez o partido revolucionário?

Não se pretende com tais questionamentos negar a suposição (inclusive de Machado) segundo a qual a “escola proletária” deve começar a ser construída no âmbito do capitalismo. Esta afirmação é tão verdadeira quanto a de que o socialismo começa a nascer no interior do capitalismo. Aliás, concordamos inteiramente com tais

supostos. Entretanto, se a primeira afirmação é tão correta quanto a última, é ao mesmo tempo tão abstrata quanto ela. Quando se faz uma proposta de sociedade, uma proposta de fórmula estratégica e, por conseguinte, uma proposta de escola não se pode ficar nesse grau de generalidade e abstração. Todas essas propostas devem ser pensadas no contexto de uma determinada realidade particular, tendo como ponto de partida a análise desta mesma realidade.

Na verdade, o tratamento da questão escolar hoje (a análise e a proposta de escola) passa por dois momentos: primeiro, com um caráter de negatividade, o momento da crítica das propostas transpostas para a atualidade; e em segundo lugar, o momento afirmativo (positivo), que consiste na elaboração de uma proposta escolar sedimentada no contexto da realidade contemporânea, fruto da análise dessa mesma realidade.

Com relação ao segundo momento, a elaboração de uma proposta de escola na perspectiva dos interesses de classe dos trabalhadores, ou seja, de uma escola que possa se tornar um instrumento de construção da hegemonia proletária, é uma tarefa de vital importância que cabe a todos aqueles que, colocados ao lado dos trabalhadores, pretendem oferecer a sua contribuição. O objetivo de nossa investigação não foi o de abarcar a discussão a respeito deste último momento, mas, ao contrário, foi o de oferecer, tão somente, alguma contribuição à discussão do primeiro momento.

Por isso, nossa investigação começou retomando as duas fórmulas estratégicas, a da “revolução permanente”, e a da “hegemonia civil”, em seus respectivos contextos, a fim de recuperar e reafirmar sua concretude, ou seja, para demonstrar que aquelas fórmulas nada mais eram que respostas históricas àquelas realidades concretas. Em seguida, vimos que a luta pela hegemonia proletária e a contribuição da escola nessa luta também têm esse caráter de concretude, são sempre relativas a determinadas realidades particulares.

Nosso intuito com tais argumentos foi o de demonstrar o equívoco da transposição para o período contemporâneo tanto da “fórmula da hegemonia civil”, quanto das propostas de escola elaboradas

por Gramsci no contexto do “Estado moderno”, na medida em que a realidade atual é distinta daquela analisada por ele. Essas constatações colocam a necessidade de elaborarmos a formulação estratégica para o capitalismo contemporâneo e, por conseguinte, a proposta de escola, como resposta histórica a essa realidade. Se não pudemos, nesse estudo, empreender esta última tarefa, pelo menos efetivamos aquela relativa ao primeiro momento, criando, assim, condições para a realização da segunda. Por isso, o nosso ponto de chegada transforma-se no ponto de partida para aqueles que pretendem realizar a segunda empreitada.

Ao discutirmos as questões relativas ao primeiro momento, não tínhamos, e nem poderíamos ter, a pretensão de fazer uma análise por excelência da conformação do capitalismo hodiernamente. Temos plena consciência dos limites e lacunas de nossa investigação. Contudo, era necessário chamar a atenção para a realidade capitalista atual, fundamento principal sobre o qual se podem elaborar propostas escolares, relacionadas com o projeto de transformação revolucionária dessa sociedade, pois, se é verdade que “os homens fazem sua própria história, [...] não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha” (Marx, s. d., v. 1, p. 203), mas a fazem sob determinações histórico-concretas. Se o proletariado, hoje, pretende fazer sua história deve conhecer, antes de tudo, as múltiplas determinações de sua realidade concreta. Para isso é necessário trilhar os mesmos caminhos que Marx e Engels, bem como Lênin, Gramsci, e outros marxistas trilharam: tendo como paradigma a filosofia da práxis, conhecer profundamente a realidade capitalista atual, pois somente a análise concreta de situações concretas podem gerar propostas de ação (inclusive escolares) substantivadas pela realidade objetiva.

REFERÊNCIAS

BUKHARIN, Nikolai I. **A economia mundial e o imperialismo**. Esboço econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Omega, s. d. V. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Lisboa: Seara Nova, 1976a. 4 v. _____ . Alguns temas da questão meridional. In: _____. **Escritos Políticos**. Lisboa, Seara Nova, 1976b, v. 4.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Concepção dialética da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWN, Eric J. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: _____. et al. **História do marxismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KONDER, Leandro. **Marx**. Vida e obra. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Porto: Afrontamento, 1977.

LÊNIN, Vladimir I. Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução (teses de abril). In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Omega, 1980. V. 2.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

_____. Que fazer? In: _____. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa Omega, 1982b. V. 1.

_____. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Imperialismo, fase superior do capitalismo.** 5. ed. São Paulo: Global, 1989.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen:** marxismo e positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** Contribuição ao estudo econômico do Imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Reforma social ou revolução?** São Paulo: Global, 1986.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. 1, t. 1.

_____. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. V. 1, t. 2.

_____. Crítica ao programa de Ghotia. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa Omega, s. d. V. 2.

_____. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa Omega, s. d. (a). V. 1.

_____. As lutas de classe na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa Omega, s. d. (b). V. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Omega, s. d. (a). V. 1.

_____. Mensagem do comitê central à liga dos comunistas. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Omega, s. d. (b). V. 1.

NETTO, José Paulo. Introdução. In: LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Chinesa**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

TSÉ-TUNG, Mao. Problemas estratégicos da guerra revolucionária. In: SADER, Eder (Org.). **Mao Tsé-Tung**. São Paulo: Ática, 1982.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Unicamp, 2002.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **O historicismo gramsciano e a pesquisa em educação**. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem

dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Ricardo Gaspar Müller

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia	José Carlos Mendonça
Ary César Minella	Laura Senna Ferreira
Fernando Ponte de Sousa	Maria Soledad E. Orchard
Iraldo Alberto Alves Matias	Michel Goulart da Silva
Jacques Mick	Paulo Sergio Tumolo
Janice Tirelli Ponte de Sousa	Valcionir Corrêa

Outros lançamentos de 2014

1964: o golpe contra a democracia e as reformas

Caio Navarro de Toledo (org.)

A cultura do trabalho em Jaraguá do Sul: um estudo sobre as trabalhadoras da indústria têxtil-vestuarista

Melissa Coimbra

Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista

Leo Vinicius

Cartas de Paulo Leminski:

Sinais de Vida

Joacy Ghizzi Neto

Investidor responsável ou retorno sustentável? Uma análise sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial

André Schneider Dietzold

O assalto aos cofres públicos e a luta pela comunicação democrática no Brasil

Itamar Aguiar

Projeto e revolução: do fetichismo à gestão, uma crítica à teoria do design

Iraldo Matias

Paulo Sergio Tumolo é professor do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Graduiu-se em Filosofia pela PUC-MG e fez mestrado e doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação na PUC-SP. Atua na linha de pesquisa Trabalho e Educação. Membro do coletivo 13 de Maio-NEP (Núcleo de Educação Popular). É autor e coautor de vários livros e tem publicado inúmeros artigos em revistas de diversas áreas das ciências humanas. E-mail: paulo.tumolo@ufsc.br

Paulo Sergio Tumolo

GRAMSCI, TRANSIÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Notas para uma reflexão crítica

O livro discute a posição de vários autores que têm defendido propostas escolares para a realidade atual sob a óptica da categoria gramsciana de “fórmula da hegemonia civil”. Com esse intuito, examina a “fórmula da revolução permanente”, elaborada por Marx/Engels, e a “fórmula da hegemonia civil”, esboçada por Gramsci, recuperando o contexto histórico no qual foram produzidas, a fim de analisar a diferença entre elas, até chegar à conclusão de que ambas foram elaboradas como resposta histórica às suas respectivas realidades, e como estas eram distintas, isso implicou diferentes formulações estratégicas. Como decorrência, constata que as propostas escolares empreendidas por Gramsci estão relacionadas à sua “fórmula da hegemonia civil”, e sendo esta elaborada no contexto daquela determinada realidade, então a proposta gramsciana de escola é relativa àquela realidade. Conclui que a realidade atual é distinta daquelas analisadas por Marx/Engels e Gramsci, o que demonstra o equívoco da transposição da “fórmula da hegemonia civil” e das propostas gramscianas de escola para o período contemporâneo, pois tanto a fórmula estratégica como a proposta de escola para a sociedade atual têm de ser elaboradas como resposta histórica a essa realidade concreta.



**EDITORIA
EM DEBATE**

www.editoriaemdebate.ufsc.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68267-07-3



9 788568 267073